



SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL			
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE MINAS GERAIS			
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.008/2024			
PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 3109/2023			
OBJETO			
Contratação no mercado nacional, por meio de licitação, de seguro de responsabilidade civil "D&O" (directors & officers) para qualquer pessoa que foi, esteja ou venha a ser nomeada para os cargos executivos e respectivos suplentes, aplicável aos conselheiros, presidente, diretores, administradores, gestores ou qualquer outro cargo executivo do Senac em Minas Gerais que implique no desempenho de funções de gestão com poderes e autoridade para agir em nome da instituição, de tal modo que a represente e a vincule com suas tomadas de decisão e atos no âmbito corporativo, conforme especificações constantes neste documento e seus anexos.			
VALOR TOTAL ESTIMADO			
R\$ 40.573,00 (Quarenta mil, quinhentos e setenta e três reais)			
DISPONIBILIDADE DO EDITAL E SEUS ANEXOS			
https://transparencia.senac.br/#/mg/licitacoes https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras			
IMPUGNAÇÕES E/OU PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS			
Até às 17h do dia 14/03/2024 (quatorze de março de dois mil e vinte e quatro)			
DATA E HORÁRIO DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA			
Às 09h do dia 19/03/2024 (dezenove de março de dois mil e vinte e quatro)			
LOCAL DE REALIZAÇÃO			
https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras			
UASG	TIPO DE LICITAÇÃO	CRITÉRIO DE JULGAMENTO	MODO DE DISPUTA
389511	Menor Preço	Menor Preço por Item	Aberto
REGISTRO DE PREÇO?	VISTORIA?	AMOSTRA ou PROVA DE CONCEITO?	ITENS EXCLUSIVOS ME/EPP?
Não	Não	Não	Não
PRAZO PARA ENVIO DE PROPOSTA/HABILITAÇÃO			
02 (duas) horas			
INFORMAÇÕES ADICIONAIS			
TELEFONE		E-MAIL	
(31) 3048-9137		licitacao@mg.senac.br	
OBSERVAÇÕES GERAIS			
1. O critério de julgamento adotado será o menor preço por item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos.			
2. Com relação a nomenclatura do item, esclarecemos que o portal de compras possui descritivos que não cabem alteração, assim escolhemos um item para representar.			
3. Demais informações devem ser consultadas no Edital e seus Anexos.			
Telefone em caso de dúvidas ou problemas técnicos relacionados à utilização do Portal de Compras do Governo Federal: 0800-978-9001			



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº: PE 90.008/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 3109/2023

O SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL – SENAC EM MINAS, inscrito no CNPJ sob o nº 03.447.242/0001-16, por meio da Pregoeira e equipe de apoio designados pela Portaria nº 002/2024, torna público que promoverá a licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, tipo **MENOR PREÇO**.

Destaca-se que apesar das disposições constantes no sistema Comprasnet, a presente licitação será regida pelo Regulamento de Licitações e Contratos do Senac, consolidado pela Resolução nº 1.243/2023. Ademais, o atendimento ao Decreto 10.024/2019 se dá meramente pela utilização do Portal de Compras do Governo Federal – Comprasnet, segundo as regras e condições abaixo:

1. DISPOSIÇÕES INICIAIS

1.1. A presente licitação será formalizada por intermédio de **Contrato**.

1.2. A Gerência de Gestão de Contratos e Licitações, Sede Administrativa do Senac em Minas, está localizada na Rua Curitiba, nº 561/4º andar, Centro, Belo Horizonte, Minas Gerais, CEP: 30.170-121.

1.3. O horário de funcionamento da Gerência de Gestão de Contratos e Licitações: Segunda a sexta-feira, exceto feriados, das 08h às 17h.

1.4. Alegações de desconhecimento dos termos e condições deste Edital, bem como das disposições legais acima especificadas, não serão aceitas como razões válidas para justificar quaisquer erros ou divergências encontradas em seus documentos de HABILITAÇÃO e/ou PROPOSTA COMERCIAL.

1.5. Este Edital e todos os documentos e informações referentes a esta licitação serão disponibilizados, no Portal do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – Administração Regional em Minas Gerais – www.mg.senac.br e Portal de compras do Governo Federal.

1.5.1. Para consulta por meio do Portal de compras do Governo Federal, acessar o site http://comprasnet.gov.br/livre/Pregao/Lista_Pregao_Filtro.asp?Opc=0 e preencher os dados referente a licitação (Cód UASG e Número Pregão).

2. OBJETO

2.1. A presente licitação tem como objeto a contratação no mercado nacional, por meio de licitação, de seguro de responsabilidade civil “D&O” (directors & officers) para qualquer pessoa que foi, esteja ou venha a ser nomeada para os cargos executivos e respectivos suplentes, aplicável aos conselheiros, presidente, diretores, administradores, gestores ou qualquer outro cargo executivo do Senac em Minas Gerais que implique no desempenho de funções de gestão com poderes e autoridade para agir em nome da instituição, de tal modo que a represente e a vincule com suas tomadas de decisão e atos no âmbito corporativo conforme especificações constantes neste Edital e seus anexos.

3. CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO

3.1. Respeitadas as demais condições legais e as constantes deste Edital, somente poderão participar do certame as empresas que atuem em ramo de atividade pertinente ao objeto licitado e em

condições de atender a todas as exigências deste Edital e seus anexos.

3.2. NÃO PODERÃO PARTICIPAR DA PRESENTE LICITAÇÃO:

3.2.1. As empresas que estejam cumprindo pena de suspensão do direito de licitar ou contratar com o Senac em Minas, bem como aquelas que estiverem sob o regime de falência, liquidação, dissolução ou recuperação extrajudicial ou judicial, sendo que para essa última deverá ser observado o disposto no item abaixo.

3.3.1.1. A participação de empresas que estejam em recuperação judicial somente será permitida se amparada em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório e desde que observadas as demais condições de habilitação.

3.2.2. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, desde que, em eventuais diligências, se comprove o conluio entre eles com intuito de frustrar a competitividade do certame, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum.

3.3. É vedado a qualquer pessoa física ou jurídica, representar mais de uma licitante na presente licitação.

4. ABERTURA

4.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em Sessão Pública, dirigida pela Pregoeira, a ser realizada de acordo com o Regulamento de Licitações e Contratos do Senac, consolidado pela Resolução nº 1243/2023.

4.1.1. Recebimento das Propostas: a partir da data de publicação, até às 09hs do dia 19/03/2024 (dezenove de março de dois mil e vinte e quatro).

4.1.2. Abertura das Propostas e Início da Sessão Pública de Disputa de Preços: às 09hs do dia 19/03/2024 (dezenove de março de dois mil e vinte e quatro).

4.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a Sessão Pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília–DF.

5. PEDIDOS DE IMPUGNAÇÕES OU ESCLARECIMENTOS

5.1. O pedido de impugnação para apontamento de eventuais irregularidades e vícios, bem como o pedido de esclarecimento a respeito dos termos e condições deste Edital, deverão ser encaminhados à Pregoeira e equipe de apoio do Senac em Minas devidamente identificado e assinado (nome empresarial, CNPJ, telefone, e-mail), exclusivamente para o endereço eletrônico licitacao@mg.senac.br até 14/03/2024 (quatorze de março de dois mil e vinte e quatro), no horário de funcionamento da Gerência de Gestão de Contratos e Licitações, conforme item 1.3, sob pena de não acolhimento.

5.1.1. A equipe de apoio não se responsabilizará pelos e-mails que, por qualquer motivo, não forem recebidos dentro do prazo.

5.2. Decairá do direito de impugnar os termos do Edital, a licitante que não se manifestar no prazo

estipulado. A impugnação e/ou o pedido de esclarecimento apresentados à Pregoeira e equipe de apoio, após o prazo estipulado, será recebida como mera informação.

5.3. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos serão divulgadas no portal do Senac em Minas – www.mg.senac.br e no Portal de compras do Governo Federal – www.gov.br/compras, em até 24 horas de antecedência da sessão licitatória, devendo as licitantes interessadas acompanhar as possíveis alterações.

5.4. As respostas das impugnações e dos esclarecimentos não constituirão motivos para alterar a data e hora da Sessão Pública de Disputa de Preços da Licitação, salvo se as referidas respostas afetarem na formulação das propostas.

6. CADASTRAMENTO

6.1. O cadastramento é o nível básico do registro cadastral no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória pregão eletrônico.

6.2. Somente poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO as licitantes previamente credenciadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e perante o sistema eletrônico provido pela SLTI – (Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão do Governo Federal), por meio do site: www.gov.br/compras.

6.3. O cadastramento dar-se-á pela atribuição de chaves de identificação e de senhas individuais fornecidas pela SLTI – (Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão do Governo Federal), cabendo à licitante a responsabilidade de informar-se a respeito do funcionamento do SICAF, para a correta utilização.

6.4. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Senac em Minas responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido de senha, ainda que por terceiros.

6.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

6.6. O Senac em Minas não é unidade cadastradora. As licitantes interessadas em participar da licitação deverão verificar no site do Portal de compras do Governo Federal as unidades cadastradoras do sistema para a entrega da documentação pertinente.

6.7. O credenciamento implica a responsabilidade legal da licitante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão na forma eletrônica.

7. CONEXÃO COM O SISTEMA

7.1. A participação neste pregão eletrônico dar-se-á por meio da conexão da licitante ao sistema eletrônico acima citado, mediante digitação de sua senha privativa (**emitida nos termos do item 6 deste Edital**) e subsequente encaminhamento de documentos de habilitação e proposta comercial inicial, exclusivamente por meio do referido sistema eletrônico, observadas datas e horários limites estabelecidos neste Edital.

7.2. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no

sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiros sua proposta e seus lances.

7.3. Incumbirá, ainda, à licitante, acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.4. O Senac em Minas não se responsabilizará por quaisquer manifestações não recebidas em tempo hábil, em qualquer etapa do presente processo, em função de problemas oriundos do sistema operacional.

8. PROPOSTA DE PREÇOS NO SISTEMA ELETRÔNICO

8.1. Para fins de julgamento, será considerada a proposta em 2 (duas) formas não excludentes:

8.1.1. PROPOSTA COMERCIAL: É a proposta que deverá ser elaborada e enviada concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no Edital, exclusivamente, por meio do Portal de compras do Governo Federal – www.gov.br/compras, até a data e horário marcado para recebimento das propostas, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

8.1.1.1. Em nenhuma hipótese será admitida a identificação da licitante, sob pena de desclassificação.

8.1.1.2. A proposta deverá atender fielmente a este Edital e Anexos, considerando os prazos, condições de entrega ou execução, garantia (quando houver) e demais condições exigidas.

8.1.2. PROPOSTA AJUSTADA: Convocação da licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar para apresentação da proposta ajustada ao último lance, devidamente preenchida na forma do Anexo III – Modelo de Proposta Comercial, e a documentação de **HABILITAÇÃO, disposta no item 11 este Edital**, não anexados e/ou irregulares no momento de cadastro, **EM ARQUIVO ÚNICO, no prazo de 02 (duas) horas**, contado da convocação efetuada pela Pregoeira por meio da opção “Enviar Anexo” no sistema Comprasnet.

8.1.2.1. A Pregoeira poderá convocar, de ofício ou mediante solicitação formal, a licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar para alteração do arquivo inserido, desde que ainda dentro do prazo definido no item 8.1.2.

8.1.1.2. Caso a licitante não encaminhe lances na etapa competitiva, a Pregoeira e equipe de apoio poderão utilizar eventual proposta anexada anterior à abertura do certame.

8.2. Todos os documentos deverão ser incluídos no sistema Comprasnet. Não serão considerados os documentos enviados por e-mail.

8.3. A licitante arrematante será desclassificada caso não envie a proposta comercial e a documentação de habilitação no prazo estabelecido no Edital.

8.3.1. Ocorrendo a situação prevista no subitem acima, será convocada nova licitante, nos termos dos subitens **9.13. e 9.15.**, para envio da Proposta Ajustada, conforme item 8.1.2.

8.4. Cada empresa deverá apresentar apenas uma proposta por lote/item, para o(s) qual(is) fizer a opção de participação, nos casos em que a licitação tiver mais de um lote/item.

8.5. A proposta deverá limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preços ou quaisquer outras condições não previstas neste Edital.

8.6. O valor proposto englobará todas as despesas relativas ao objeto licitado, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, tarifas, encargos, frete, transporte, remunerações, de acordo com as especificações, quantidades, condições de execução e faturamento.

8.7. Até o horário previsto para recebimento das propostas constante no item 4.1.1, deste Edital, os interessados poderão retirar ou substituir suas propostas iniciais no sistema.

8.8. A elaboração da proposta é de inteira responsabilidade da licitante não lhe cabendo a desistência.

9. ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS, FORMULAÇÃO DE LANCES E NEGOCIAÇÃO

9.1. Findo o período de recebimento das propostas comerciais, a Pregoeira do Senac em Minas dará início a etapa competitiva, de acordo com o horário previsto no sistema.

9.2. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas comerciais em ordem crescente.

9.2.1. Na hipótese de haver propostas comerciais com preços iguais, prevalecerá como de menor preço, a que tiver sido primeiramente registrada.

9.2.2. Todos os preços das propostas comerciais serão considerados como lances na etapa competitiva.

9.2.3. **Será considerada como primeiro lance a proposta de MENOR PREÇO POR ITEM.**

9.2.4. **Não havendo lances, o sistema automaticamente realizará o sorteio entre as propostas empatadas.**

9.3. Na etapa competitiva os representantes das licitantes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances, isto é, somente serão aceitos novos lances enviados, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico.

9.4. A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema eletrônico.

9.5. Na hipótese de haver lances iguais, prevalecerá como de menor preço, o lance que tiver sido primeiramente registrado.

9.6. Os lances ofertados serão no **PREÇO TOTAL POR ITEM** sendo consideradas **somente 02 (duas) casas decimais após a vírgula.**

9.7. Durante o transcurso da etapa competitiva, o sistema disponibilizará em tempo real, o preço do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances às demais licitantes.

9.7.1. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

9.7.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

9.7.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item 9.7.2, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

9.7.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

- 9.7.5. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá a Pregoeira, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 9.8. Encerrado o tempo normal, o sistema enviará um aviso na tela e um letreiro intermitente que alertará sobre o encerramento da disputa.
- 9.9. O sistema informará a proposta de MENOR PREÇO POR ITEM imediatamente após o encerramento da etapa competitiva.
- 9.10. No caso de não haver lances na etapa competitiva, serão considerados os preços obtidos na fase de “Abertura das Propostas Comerciais”.
- 9.11. A perda de conexão com o sistema eletrônico no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, pela Pregoeira, não inviabiliza a continuidade do certame. O sistema eletrônico permanecerá acessível às licitantes e os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 9.11.1. Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa da Pregoeira aos participantes no site www.gov.br/compras, divulgando data e hora da reabertura da sessão.
- 9.12. Após o encerramento da etapa competitiva de lances da sessão pública, a Pregoeira poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à licitante que tenha apresentado o **MENOR PREÇO POR ITEM dentro do valor estimado**, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.
- 9.12.1. A Pregoeira conduzirá a negociação por meio do Sistema Eletrônico, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.
- 9.13. Se a proposta comercial ou o lance de menor preço dentro do valor estimado, não for aceitável, ou se a licitante desatender às exigências de habilitação, a Pregoeira desclassificará a referida proposta e, examinará a proposta comercial ou o lance subsequente dentro do valor estimado, verificando a sua aceitabilidade e as condições de habilitação, na ordem de classificação e assim sucessivamente.
- 9.14. A Pregoeira poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à nova licitante arrematante, que tenha lance subsequente ao lance desclassificado, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.
- 9.15. Inexistindo ou sendo desclassificadas todas as licitantes com propostas comerciais dentro dos valores estimados pela entidade, a Pregoeira em casos excepcionais e justificados, atendendo oportunidade/interesse da entidade, poderá convocar licitantes com propostas comerciais em valores até 10% (dez por cento) acima do valor estimado, para negociação e apresentação de nova proposta comercial, observada a ordenação dos lances/propostas.
- 9.16. Se, após a negociação prevista no item 9.15, não houver a redução da proposta comercial para valor igual ou inferior ao estimado pela Entidade, conforme planilha disposta no Anexo II deste Edital, a proposta será desclassificada.
- 9.17. O sistema eletrônico emitirá ata circunstanciada da sessão, na qual estará registrada a

indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à “etapa competitiva” do PREGÃO ELETRÔNICO.

9.18. Durante a sessão pública, a comunicação entre a Pregoeira e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

10. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E ACEITABILIDADE DOS PREÇOS

10.1. O julgamento obedecerá ao critério de **MENOR PREÇO POR ITEM**, observados os **PREÇOS UNITÁRIOS ESTIMADOS**, obtidos por meio de pesquisa de mercado, e as demais condições deste Edital e seus Anexos.

10.1.1. Os **PREÇOS UNITÁRIOS ESTIMADOS** discriminados no **Anexo II** deste Edital serão utilizados na análise do preço ofertado pela licitante, para fins de aceitação ou não da proposta comercial.

10.1.1.1. Não serão aceitas propostas com preço unitário ou total superior ao estimado pela Entidade.

11. HABILITAÇÃO

11.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

11.1.1. Prova de Registro, no órgão competente, no caso de empresa individual. Ato Constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado no órgão competente. Para todos os efeitos considera-se como ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, o documento de constituição da empresa, acompanhado da(s) última(s) alteração(ões) referente(s) à natureza de atividade comercial e à administração da empresa ou da última alteração consolidada.

11.1.3. Ato de nomeação ou de eleição dos administradores, devidamente registrado no órgão competente, na hipótese de terem sido nomeados ou eleitos em separado, sem prejuízo da apresentação dos demais documentos exigidos no subitem acima.

11.2. REGULARIDADE FISCAL:

11.2.1. Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

11.2.2. Prova de Regularidade Fiscal com a **Fazenda Federal/Seguridade Social** (certidão conjunta), devendo ser apresentadas por meio de CND (Certidão Negativa de Débito), na forma da lei.

11.2.3. Prova de Regularidade Fiscal relativa ao **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)**, por meio de Certificado de Regularidade do FGTS, expedida pela Caixa Econômica Federal, no cumprimento dos encargos instituídos por lei.

11.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

11.3.1. A licitante deverá apresentar, no mínimo, 01 (um) atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que já executou de forma satisfatória objeto pertinente e compatível com o desta licitação.

11.3.2. Não serão aceitos atestado(s) emitido(s) pela própria empresa ou por empresa do mesmo grupo empresarial.

11.3.3. Deverá apresentar Certidão de Regularidade da seguradora, expedida pela - Superintendência de Seguros Privados - (SUSEP), dentro do prazo de validade, comprovando que a

empresa está autorizada a operar e que não se encontra em regime de direção fiscal, intervenção, liquidação extrajudicial ou fiscalização especial e que não está cumprindo penalidade de suspensão imposta pela SUSEP.

11.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

11.4.1. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da empresa, **emitida no máximo nos 90 (noventa) dias anteriores à data da apresentação dos documentos de habilitação**, devendo ainda estar dentro do prazo de validade.

11.4.2. Demais comprovantes e Índices:

11.4.2.1. Apresentar Balanço Patrimonial e Demonstrações de Resultado, do último exercício social já exigível, e que comprove a situação financeira da empresa. As folhas devem ser extraídas do Livro Diário, e este deve estar devidamente registrado na Junta Comercial ou por autoridade judicial quando no município não houver Representação da Junta Comercial, ou ainda a Escrituração Contábil Digital com o respectivo Recibo de Entrega emitido pelo SPED.

11.4.2.1.1. Termo de Abertura e Termo de Encerramento do Livro Diário, ou ainda a Escrituração Contábil Digital.

11.4.2.2. As sociedades Anônimas devem apresentar as Demonstrações Financeiras, conforme legislação específica, lei 6.404/76, publicadas em jornais de grande circulação/Diário Oficial, ou de forma eletrônica se a receita bruta anual for de até R\$ 78.000.000,00.

11.4.2.3. As empresas constituídas a menos de um ano, e as empresas com alteração do Contrato Social nos exercícios vigente e anterior, deverão apresentar a seguinte documentação referente às demonstrações contábeis:

- a) Balanço de abertura ou balancete de abertura da empresa;
- b) Balancete de dois meses anteriores ou que estiver fechado a data do pregão/concorrência acompanhado das seguintes demonstrações:

I. Demonstrações de Resultado;

II. Demonstrações de Lucros ou Prejuízos Acumulados ou Demonstrações das mutações do Patrimônio Líquido;

III. Demonstrações das mutações do Patrimônio Líquido;

IV. Demonstrações de fluxo de caixa.

11.4.2.4. A comprovação da boa situação financeira das licitantes será baseada nos seguintes parâmetros de índices, calculados pelos valores contidos nas demonstrações contábeis:

ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL (ILG) = maior ou igual a 1. Mede a capacidade da empresa de liquidar suas dívidas à curto e longo prazo.

$$\text{ILG} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE (ILC) = maior ou igual a 1. Avalia a capacidade da empresa de saldar suas obrigações à curto prazo.

$$\text{ILC} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$



PASSIVO CIRCULANTE

ÍNDICE SOLVÊNCIA GERAL (ISG) = maior ou igual a 1. Mede a capacidade de a empresa honrar todas as suas obrigações com terceiros (de curto e de longo prazo), considerando seus recursos realizáveis a curto e longo prazos.

$$\text{ISG} = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

11.4.2.5. A leitura do índice traduz quanto a empresa possui em Ativos para saldar as suas Dívidas e Obrigações, ou seja, no resultado igual a 1 podemos afirmar que a cada 1 real em Dívidas e Obrigações a empresa possui 1 real no seu Ativo.

11.4.2.6. A licitante que não atingir um dos índices acima deverá apresentar junto à documentação para habilitação, a comprovação de que possui capital social ou patrimônio líquido mínimo, igual ou superior a 10% do valor estimado da contratação. A comprovação deverá ser feita na forma da lei.

11.4.2.7. A licitante que apresentarem índices menor que 1, deverão comprovar possuir capital social ou patrimônio líquido mínimo, igual ou superior a 10% do valor estimado da contratação. Salvo para o índice de Solvência Geral, cujo resultado “>=1” é indispensável para a comprovação da boa situação Financeira para a prestação de serviço do referido objeto.

11.4.2.8. No decorrer do processo a licitante poderá ser solicitada a apresentar os comprovantes originais.

11.5. OS DOCUMENTOS QUE NÃO ESTEJAM CONTEMPLADOS OU REGULARES NO SICAF DEVERÃO SER REMETIDOS EM CONJUNTO COM A PROPOSTA AJUSTADA INDICADA NO SUBITEM 8.1.2, EM ARQUIVO ÚNICO, POR MEIO DA OPÇÃO “ENVIAR ANEXO” DO SISTEMA COMPRASNET, NO MESMO PRAZO ESTIPULADO NO MENCIONADO SUBITEM.

11.6. É facultado à Pregoeira realizar diligências para sanar falhas formais na documentação de habilitação.

11.6.1. Quando do julgamento da habilitação, a Pregoeira e equipe de apoio poderão suprir a eventual omissão ou falha de documentos de habilitação, mediante consulta via internet em sites oficiais que emitam certidões online, registrando em ata a sua ocorrência, reconhecendo-lhe os efeitos para fins de habilitação, nos prazos definidos no item 8.1.2 - “Proposta Ajustada”.

11.6.2. As diligências mencionadas no item 11.6. ficarão prejudicadas caso o acesso via internet esteja indisponível, por qualquer que seja a razão, ou as informações contidas nos referidos sites não sejam suficientes para atestar a regularidade da licitante, fato que ensejará a inabilitação da empresa e regular prosseguimento do procedimento licitatório.

11.6.3. Adverte-se que alguns municípios e estados não propiciam consultas de regularidade fiscal e cadastro fiscal na internet, hipótese na qual se tornará inviável a promoção da diligência disposta no item 11.6.

11.7. Os documentos remetidos por meio da opção “Enviar Anexo” ou inseridos no sistema Comprasnet, **CASO SEJAM SOLICITADOS**, deverão ser enviados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pela Pregoeira. Estes deverão estar em plena validade na data da sessão pública, devendo ser encaminhados à Gerência de Gestão de Contratos e

Licitações do Senac em Minas, localizada na Rua Curitiba, nº 561/4º andar, Centro, Belo Horizonte, Minas Gerais, CEP: 30.170-121, em envelope único, devendo conter as seguintes informações:

- **Pregão Eletrônico nº**
- **Razão Social e CNPJ da Empresa:**
- **Telefone:**
- **E-mail:**

11.8. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza são emitidos somente em nome da matriz.

11.9. Serão inabilitadas do certame as licitantes que apresentarem documentação em desconformidade com o solicitado neste Edital e Anexos.

11.10. Ocorrendo a desclassificação da licitante, será convocada nova licitante, nos termos dos subitens **9.13. e 9.15.**, para envio da Proposta Ajustada, conforme item **8.1.2.**

12. PROPOSTA DE PREÇO AJUSTADA

12.1. A proposta ajustada deverá estar adequada ao último lance apresentada em uma via, **contendo todas as especificações necessárias**, conforme modelo constante no **Anexo III** deste Edital.

12.2. A proposta deverá ser apresentada em moeda corrente nacional, **utilizando apenas duas casas** decimais após a vírgula.

12.3. Deverá constar na proposta ajustada o número da licitação, nome da empresa licitante, endereço, telefone e CNPJ.

12.4. Caso haja o vencimento da validade da proposta sem que a licitação tenha sido homologada e adjudicada, esta ficará automaticamente prorrogada, exceto se houver manifestação formal contrária da licitante, pelo e-mail licitacao@mg.senac.br, dirigida à Pregoeira e equipe de apoio, caracterizando o seu declínio em continuar na licitação.

12.5. Os valores ofertados deverão incluir todos os custos e despesas diretas e indiretas para a execução do objeto, tais como tributos, taxas, encargos, frete, transporte, remunerações, de acordo com as especificações, quantidades, condições de execução e de faturamento.

12.6. A elaboração da proposta ajustada é de inteira responsabilidade da licitante, não lhe cabendo a desistência, quando essa proposta já tiver sido enviada para a Pregoeira e equipe de apoio.

12.7. A proposta comercial deverá limitar-se ao objeto desta licitação e conter oferta firme e precisa, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preços ou quaisquer outras condições não previstas no Edital.

12.8. Serão consideradas apenas as informações apresentadas na proposta comercial final readequada, tais como descrição do objeto, marca e demais dados constantes no Anexo III deste Edital.

12.9. Serão desclassificadas as propostas ajustadas:

12.9.1. Que não atenderem ou contrariarem às exigências do Edital e seus anexos ou à legislação aplicável.

12.9.2. Que sejam omissas ou vagas, bem como as que apresentarem irregularidades capazes de

dificultar sua análise.

12.9.3. Que impuserem condições ou contiverem ressalvas em relação às condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

12.9.4. Que não informar as especificações que se façam necessárias dos produtos cotados.

12.10. A apresentação da proposta implicará na plena aceitação e concordância, por parte da licitante, de todas as exigências, termos e condições estabelecidas no edital e seus anexos, em especial à descrição do item constante no Anexo I - Termo de Referência.

12.11. Se a proposta não for aceitável, ou se a licitante não atender às exigências de habilitação, a Pregoeira examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a Instituição.
da divulgação.

13. RECURSOS

13.1. Declarada a vencedora, a Pregoeira abrirá prazo para manifestação de intenção de recurso.

13.1.1. O prazo para manifestação de intenção de recurso será de 30 (trinta) minutos, contados da habilitação do último item no sistema.

13.1.2. A falta de manifestação no prazo estabelecido, autoriza a Pregoeira ao ato de adjudicar o objeto à licitante vencedora no Sistema Comprasnet.

13.2. A Pregoeira examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema.

13.3. A licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões de recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 03 (três) dias úteis, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para, querendo, apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

13.4. Não serão aceitos, para análise, os recursos registrados fora do prazo previsto acima e, em desacordo com o estabelecido neste Edital.

13.5. Os autos do processo permanecerão com vista aos interessados, na sala da Gerência de Gestão de Contratos e Licitações, no endereço e horário mencionados nos itens **1.2** e **1.3**, respectivamente.

13.6. Os recursos serão julgados pela Autoridade Competente ou por quem esta delegar competência, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da data final para a apresentação das contrarrazões previstas no item **13.3**.

13.7. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.8. Os recursos terão efeito suspensivo.

13.9. As respostas aos recursos e contrarrazões serão divulgadas no portal do Senac em Minas – www.mg.senac.br e no Portal de Compras do Governo Federal, www.gov.br/compras.

14. HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

14.1. Declarada a licitante vencedora e decorridos os prazos recursais, a Pregoeira consignará a decisão e os eventos ocorridos em ata própria, que será disponibilizada pelo sistema eletrônico,

encaminhando-se o Processo à Autoridade Competente para homologação e adjudicação. No Sistema Comprasnet, a adjudicação é realizada pela Pregoeira, salvo quando houver recurso, hipótese em que a adjudicação caberá à Autoridade Competente.

15. INSTRUMENTO CONTRATUAL

15.1. Após a homologação e adjudicação o Senac em Minas entrará em contato com a licitante vencedora para a assinatura do instrumento contratual, que deverá ser atendido em todos os seus termos pela licitante.

15.1.1. O instrumento contratual será assinado eletronicamente, por meio de plataforma de assinatura eletrônica ou digitalmente, por meio de certificado digital emitido por autoridade certificadora, mediante o envio do instrumento contratual no endereço eletrônico informado na proposta comercial.

15.1.2. Caso a licitante vencedora apresente algum impedimento para assinatura nos moldes do item 15.1.1, o instrumento contratual será enviado pelos correios no endereço informado na proposta comercial.

15.2. A licitante vencedora terá um prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados do recebimento do instrumento contratual, para proceder à sua assinatura e devolvê-lo ao Senac em Minas.

15.3. A recusa injustificada em assinar o contrato, dentro do prazo fixado, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e poderá acarretar à licitante:

- a) perda do direito à contratação;
- b) multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor total homologado/adjudicado;
- c) suspensão do direito de licitar ou contratar com o Senac, por prazo não superior a 5 (cinco) anos.

15.4. É facultado ao Senac em Minas, no caso de recusa da licitante vencedora em assinar o contrato, no prazo e condições estabelecidos acima, convocar os licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação, para negociação e verificação da adequação da proposta e das condições de habilitação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no item 15.3.

16. DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. É facultada à Pregoeira e equipe de apoio ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, sendo admitida a juntada de documentos pelas licitantes que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame.

16.2. A Comissão de Licitação tem o direito de exigir, a qualquer época ou oportunidade, documentos ou informações complementares que julgar necessários ao entendimento e comprovação dos documentos apresentados.

16.3. Ressalta-se que, ainda que as ações sejam realizadas no Sistema Comprasnet, a presente licitação é regida pelo Regulamento de Licitações e Contratos do Senac, consolidado pela Resolução nº 1243/2023

16.4. O cadastramento das propostas no site do Comprasnet implica na aceitação tácita e irrestrita pela licitante de todas as condições estabelecidas no presente Edital e em seus Anexos.

- 16.5.** A inobservância pela licitante do prazo fixado pela Pregoeira para a entrega das respostas e/ou informações solicitadas em eventual diligência ou ainda o envio de informações ou documentos considerados insuficientes ou incompletos ocasionará a desclassificação da proposta.
- 16.6.** A Pregoeira poderá convocar técnicos para auxiliá-lo na avaliação das propostas comerciais e/ou documentos de qualificação técnica, caso o objeto licitado demande tais conhecimentos.
- 16.7.** Em caso de divergência entre as especificações dos itens/serviços inseridos no Sistema do Comprasnet e as deste Edital e seus Anexos, prevalecerão as constantes no Edital e seus Anexos.
- 16.8.** Os documentos de habilitação jurídica, regularidade fiscal, qualificação técnica, qualificação econômica-financeira, proposta comercial e quaisquer correspondências e documentos a elas relacionados deverão ser escritos em língua portuguesa.
- 16.8.1.** Excetua-se literatura técnica de apoio apresentada pela licitante, documentos suplementares a exemplo de impressos de caráter técnico e catálogos, que poderão ser redigidos/apresentados em língua estrangeira.
- 16.9.** A inobservância da Resolução Senac nº 1243/2023 pode ensejar, em caso de comprovado prejuízo ao patrimônio do Senac Minas, a anulação da contratação resultante do procedimento irregular e a adoção de providências para responsabilização civil e penal dos que tenham contribuído com ação ou omissão para o resultado danoso.
- 16.10.** A Pregoeira e a equipe de apoio poderão, no interesse do Senac em Minas em manter o caráter competitivo desta licitação, relevar omissões puramente formais nos documentos e propostas apresentados pelas licitantes.
- 16.11.** O presente Edital, seus Anexos e demais documentos do processo são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe mencionado em um documento e omitido em outros, será considerado como especificado e válido.
- 16.12.** Os contratos celebrados pelo Senac em Minas poderão sofrer acréscimos e supressões.
- 16.13.** A licitante vencedora deverá manter, durante toda a vigência do Instrumento contratual, as condições fiscais e econômico-financeira apresentadas na fase de habilitação.
- 16.14.** Onde este Edital for omissivo, prevalecerão os termos do Regulamento de Licitações e Contratos do Senac.
- 16.15.** Considerando que os procedimentos licitatórios não têm natureza jurídica de propostas de contratação, o Senac em Minas reserva o direito de adiar, cancelar, revogar, anular ou tornar sem efeito, no todo ou em parte, a presente licitação sem que isto gere aos licitantes qualquer direito, inclusive de reparação a eventuais perdas e danos ou de lucros cessantes.
- 16.16.** O Senac em Minas poderá desclassificar as licitantes vencedoras por despacho fundamentado sem direito a qualquer indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, se tiver informação fundada de qualquer fato ou circunstância anterior ou posterior ao julgamento da licitação que desabone a referida empresa.
- 16.17.** A licitante deverá atender às disposições contidas na Lei 12.846/2013 – Lei Anticorrupção, motivo pelo qual durante todo o período de vigência do Instrumento Contratual, conduzirá suas práticas comerciais de forma ética e em conformidade com os preceitos legais aplicáveis, não podendo dar, oferecer, pagar, prometer pagar, ou autorizar o pagamento, direta ou indiretamente, de qualquer valor, a quem quer que seja, com a finalidade de influenciar qualquer ato ou decisão, ou



para assegurar qualquer vantagem indevida, ou direcionar negócios, e que violem o estabelecido na Lei Anticorrupção.

16.18. É responsabilidade da licitante acompanhar o andamento do processo no Portal de compras do Governo Federal (www.gov.br/compras) e/ou do Senac em Minas (www.mg.senac.br).

16.19. Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste Edital em dia de funcionamento do Senac em Minas.

16.20. Casos não previstos neste Edital serão decididos pela Pregoeira e equipe de apoio ou por Autoridade Superior.

16.21. Fica eleito o Foro da Comarca de Belo Horizonte para dirimir quaisquer dúvidas ou questões provenientes desta licitação.

16.22. Faz parte integrante deste Edital, os seguintes **Anexos**:

Anexo I: Termo de Referência (e seus anexos – Anexo I – Termo de Confidencialidade; Anexo II - Questionário de declaração de risco responsabilidade civil de administradores (D&O);

ANEXO II: Preço estimado;

ANEXO III: Modelo da Proposta Comercial

ANEXO IV: Minuta do Instrumento Contratual.

Belo Horizonte, 01 de março de 2024.

Gerência de Suprimentos
Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Constitui objeto deste instrumento a contratação no mercado nacional, por meio de licitação, de seguro de responsabilidade civil “D&O” (directors & officers) para qualquer pessoa que foi, esteja ou venha a ser nomeada para os cargos executivos e respectivos suplentes, aplicável aos conselheiros, presidente, diretores, administradores, gestores ou qualquer outro cargo executivo do Senac em Minas Gerais que implique no desempenho de funções de gestão com poderes e autoridade para agir em nome da instituição, de tal modo que a represente e a vincule com suas tomadas de decisão e atos no âmbito corporativo, conforme especificações constantes neste documento e seus anexos.

2. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

2.1. A empresa contratada deve assegurar o interesse do executivo que, em consequência de atos praticados no exercício das funções do cargo, venha a ser responsabilizado e obrigado a indenizar os danos causados a terceiros em razão de reclamação feita contra o(s) Segurado(s) durante o período de vigência do seguro ou no período adicional ou prescricional.

2.2. A obrigação de indenização pode decorrer de decisão judicial, administrativa, decisão arbitral ou por acordo com terceiros prejudicados, desde que aceito pela seguradora, entre outros

2.3. O seguro deverá cobrir, ainda, os custos de defesa, bem como as despesas emergenciais efetuadas pelo segurado ao tentar evitar e/ou minorar os danos causados a terceiros, atendidas as disposições do contrato, até o seu limite máximo de garantia, independente da contratação de cobertura específica para tais situações

3. JUSTIFICATIVA

3.1. O Senac em Minas Gerais é uma entidade privada, sem fins lucrativos, criada pelo Decreto-lei nº 8.621, de 10 de janeiro de 1946 e regulamentado pelo Decreto nº 61.843, de 5 de dezembro de 1967 e demais alterações, cuja administração é composta por:

- a) Conselho Regional (CR) - órgão deliberativo;
- b) Departamento Regional (DR) - órgão executivo.

3.2. Os executivos que integram a administração do Senac em Minas, ao exercerem suas funções, desempenham atividades que implicam em risco de responsabilização civil, em razão de danos ou prejuízos que possam eventualmente acarretar a terceiros em razão de seus atos e decisões. Dessa forma, o seguro D&O é uma ferramenta para mitigar riscos, fortalecer a governança e proporcionar maior segurança à atividade de gestão.

3.3. As contratações do Senac em Minas são realizadas com observância ao seu Regulamento de Licitações e Contratos, consolidado pela Resolução Senac 1243/2023.

4. IMPORTÂNCIA SEGURADA

4.1. O limite máximo de garantia será de R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais).

5. CENTRO DE CUSTO

5.1. As despesas concernentes à execução do presente instrumento, serão custeadas por meio do(s) Centro de Custo(s) nº 00145601, 00145602, 00145603 e 00145604.

6. VIGÊNCIA

6.1. A vigência do instrumento contratual será de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado até 120 (cento e vinte) meses, mediante termos aditivos, se houver interesse comum entre as partes, desde que as condições permaneçam vantajosas.

6.1.1. Caso as assinaturas sejam físicas, a vigência será contada a partir da data informada na página de assinaturas.

7. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

7.1. COBERTURAS

7.1.1. Será feita uma apólice à base de reclamações com notificações (*claims made basis*) que deve conter, no mínimo, as seguintes coberturas, de âmbito nacional:

- a) Indenização a terceiros em decorrência de processos judiciais e extrajudiciais ou acordo homologado pela seguradora, que resultem na obrigação de ressarcir terceiro(s) por ter dado causa a quaisquer tipos de danos sejam corporais, morais, materiais, sociais, coletivos, punitivos e/ou exemplares, lucros cessantes, perdas indenizáveis, entre outros;
- b) Custos de defesa judicial, extrajudicial ou administrativa, inclusive depósitos para recursos judiciais ou administrativos, custos emergenciais, custos com investigação, custos com extradição, assim como honorários de peritos, técnicos, consultores e demais profissionais necessários para a defesa do(s) Segurado(s), na(s) demanda(s) cobertas pela Apólice;
- c) Custos incorridos pelo Segurado para obter os fundos necessários à constituição de fiança concedida pela autoridade competente para efeitos de assegurar a liberdade provisória do Segurado, em resultado de uma Reclamação em decorrência de um ato danoso, podendo ser ou não incluído o valor propriamente da fiança;
- d) Erros e Omissões, desde que os segurados sejam nomeados como parte passiva num processo judicial ou extrajudicial, ou devido à desconsideração da personalidade jurídica do Tomador, quando esteja relacionada com a falha ou omissão na prestação de serviços profissionais decorrentes de atividade inerente ao objeto do Tomador;
- e) Práticas Trabalhistas Indevidas — ato ou omissão praticados ou ocorridos no exercício dos deveres inerentes ao cargo do Segurado, que gere obrigação de indenizar, tais como: (i) discriminação; (ii) assédio moral ou sexual, ou de qualquer outro tipo, no local de trabalho; (iii) calúnia e/ou difamação; ou (iv) invasão de privacidade;
- f) Penhora/indisponibilidade de Bens — perdas e danos sofridos pelo Segurado em virtude de medida judicial ou extrajudicial contra ele que determine a indisponibilidade e/ou penhora, total ou parcial, de seus bens pessoais;

- g) Responsabilidades legais e estatutárias (tributária, trabalhista, previdenciária, entre outros) do Tomador (Senac em Minas), as quais sejam diretamente demandadas contra o(s) Segurado(s) ou em relação às quais haja responsabilidades solidária ou subsidiária dos Segurados;
- h) As multas e penalidade civis e administrativas impostas aos segurados quando no exercício de suas funções;
- i) Responsabilidade do(s) Segurado(s) por indenização a Terceiros decorrente de negligência, imprudência ou imperícia na condução dos negócios sociais do Tomador (Senac em Minas).
- j) “Tomador do Seguro contra Segurado” e “Segurado contra Segurado” — Reclamações movidas pelo Tomador ou Segurado contra outro Segurado, caso seja nomeado como parte passiva num processo judicial ou acordo extrajudicial visando responsabilizá-los de forma solidária ou subsidiária, desde que tal medida se refira a ações e omissões dos Segurados na condição de Administradores;
- k) Reclamações movidas contra o segurado quando da desconsideração da personalidade jurídica;
- l) Termos de ajustamento de conduta e/ou termos de responsabilidade que impliquem em custos e/ou pagamento de indenização;
- m) Despesas com publicidade e gerenciamento de crise.

7.2. EXTENSÕES

7.2.1. O seguro deve incluir, no mínimo, as seguintes extensões:

- a) Extensão de todas as coberturas à pessoa jurídica (Senac), nos casos em que realize adiantamento de valores e/ou assume o compromisso de indenizar.
- b) Extensão de todas as coberturas de responsabilização pessoal do(s) Segurado(s) que recaia em respectivo cônjuge, companheiro(a) em união estável, herdeiros, espólio e/ou seus representantes legais.
- c) Extensão das coberturas para ex-executivos, inclusive aposentados, por no mínimo 10 (dez) anos do desligamento.
- d) Extensão das coberturas aos assessores, pareceristas, pregoeiros e membros da CPL (Comissão Permanente de Licitação), advogados e contadores da Tomadora.

7.3. EXCLUSÕES

7.3.1. Os atos lesivos intencionais, no âmbito civil ou criminal, incluindo fraude, simulação, dolo e quaisquer outros ilícitos tipificados em legislação nacional aplicável, desde que comprovado judicialmente.

7.3.1.1. Caso o Segurado não seja condenado, mediante sentença judicial transitada em julgado, ou o seu dolo seja afastado em decisão administrativa, pela qual não seja mais possível interpor recurso, a Seguradora deverá arcar com os custos incorridos na defesa do Segurado, se estes tiverem sido avisados à Seguradora durante o Período de Vigência do Seguro ou durante a Extensão do Período de Apresentação de Reclamação (Prazo Complementar e Prazo Suplementar), de acordo com os termos e condições da Apólice.

7.3.2. Eventos já notificados por escrito contra o Segurado a qualquer tempo antes do início de vigência da apólice.

7.3.3. Enriquecimento ilícito, desde que comprovado judicialmente.

7.3.4. Eventos ocorridos após o término da vigência da apólice, caso não seja renovada, ressalvados

os períodos adicionais e prescricionais legais.

7.4. INDENIZAÇÃO

7.4.1. A Seguradora terá o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de entrega de todos os documentos, para o pagamento da indenização devida.

7.4.1.1. A contagem do prazo para indenização será suspensa, caso os documentos apresentados sejam insuficientes e em caso de dúvida fundada e justificável. O prazo voltará a correr a partir do primeiro dia útil após a entrega dos documentos complementares exigidos.

7.4.1.2. No caso do não pagamento da indenização no prazo previsto, o valor dela deverá ser atualizado monetariamente por meio do IPCA/IBGE – Índice de Preços ao Consumidor Amplo / Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

7.4.1.3. A atualização será efetuada com base na variação apurada entre o último índice publicado antes da data em que se torne exigível e aquele publicado na data imediatamente anterior ao efetivo pagamento.

7.4.2. O pagamento dos custos de defesa será realizado antecipadamente, na medida e nas condições em que forem devidos ou incorridos pelo segurado.

7.4.2.1. Os profissionais responsáveis pela defesa serão escolhidos pelo segurado, caso a defesa não possa ser elaborada pelo próprio Senac em Minas.

7.4.3. Na ocorrência de sinistro coberto pela apólice, a seguradora efetuará o pagamento da indenização diretamente ao segurado ou diretamente ao terceiro reclamante, mediante ajuste entre as partes e devidas formalizações.

7.4.4. Caso o valor da indenização tenha sido adiantado pelo tomador ao segurado, a CONTRATADA proverá o reembolso correspondente após a liquidação do sinistro.

7.4.5. Não haverá cobrança de franquia em nenhuma hipótese.

7.4.6. A seguradora somente poderá aceitar as comunicações de sinistros realizada pela CONTRATADA.

7.5. APÓLICE

7.5.1. A apólice terá vigência com início na data de assinatura do contrato e deve ser encaminhada ao Senac em Minas em até 15 (quinze) dias da sua emissão.

7.5.1.1. A não disponibilização da apólice no prazo estipulado não invalida a cobertura dentro do prazo e termos previstos nesta contratação, em ocorrências de sinistros e/ou problemas correlatos.

7.5.2. Em caso de conflito entre as disposições dos documentos emitidos pela CONTRATADA, inclusive em relação a este Termo de Referência, valerá o que prevê este último.

7.5.3. O PERÍODO de vigência da apólice será de 12 (doze) meses a contar da data de assinatura do contrato, resguardados os períodos de retroatividade e adicional.

7.6. ENDOSSOS

7.6.1. A CONTRATANTE poderá solicitar, a qualquer tempo, inclusão e/ou correções na apólice, caso em que a CONTRATADA terá até 15 (quinze) dias corridos, a contar do recebimento do pedido expresso da CONTRATANTE, para a inclusão ou para correção de dados por endosso.

7.6.2. Caso a Seguradora aceite manter a Apólice para o risco modificado, poderá cobrar prêmio adicional, desde que tal modificação implique em agravamento do risco ou, ainda, em prêmio a restituir, que será calculado proporcionalmente ao período a decorrer.

7.7. REAJUSTE

7.7.1. Os valores referidos no instrumento contratual poderão ser reajustados decorridos 12 (doze) meses de sua vigência, pelo IPCA/IBGE - Índice de Preços ao Consumidor Amplo / Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, de forma a manter o equilíbrio da apólice. Caso o referido índice seja extinto, será adotado um novo índice devidamente aprovado por órgãos governamentais.

7.7.2 Os valores somente serão reajustados mediante solicitação formal da LICITANTE VENCEDORA.

7.7.3 A omissão da LICITANTE VENCEDORA quanto ao seu direito de pleitear o reajuste, não será aceita como justificativa para o pedido de correção anual de preço com efeito retroativo a data a que contratualmente faria jus, se não o fizer dentro do primeiro mês do aniversário da apólice, arcando esta, portanto, por sua própria inércia.

7.8. PRAZOS

7.8.1. Período de retroatividade de cobertura: ilimitado para fatos desconhecidos pelo Tomador e segurado.

7.8.1.1. Retroatividade ilimitada para fatos geradores desconhecidos pelo tomador e o segurado (entende-se por fatos

desconhecidos as reclamações ou as ações que não tenham sido formalmente notificadas aos administradores) quando da contratação da apólice.

7.8.2. Prazo complementar: período adicional de 36 (trinta e seis) meses para apresentação de reclamações contra os segurados, a contar da data final de vigência do seguro, por atos cometidos pelos mesmos desde a data de retroatividade de cobertura até o final de vigência da apólice, sem cobrança de prêmio adicional.

7.8.3. Prazo suplementar de 12 (doze) meses com o pagamento de 75% (setenta e cinco por cento) do prêmio, ou de 24 (vinte e quatro) meses com o pagamento de 100% (cem por cento) do prêmio.

7.9. QUESTIONÁRIO

7.9.1. Por tratar-se de condição imprescindível para a formulação da proposta e subsidiar a cotação do risco, a LICITANTE interessada deverá solicitar o Questionário D&O preenchido junto ao Senac em Minas, mediante envio do Termo de Confidencialidade (Anexo I), em formato eletrônico, assinado pelo representante legal da licitante, comprovado por meio de cópia simples do ato constitutivo, estatuto ou contrato social e suas alterações ou a última alteração contratual consolidada, ou ainda, procuração pública ou privada com firma reconhecida. As LICITANTES deverão enviar e-mail para licitacao@mg.senac.br para solicitar o envio do questionário até 03 dias úteis antes da sessão do pregão.

8. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.1. A licitante deverá apresentar, no mínimo, 01 (um) atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que já comercializou seguros pertinentes e compatíveis com o objeto deste termo.

8.2. Não serão aceitos atestado(s) emitido(s) pela própria empresa ou por empresa do mesmo grupo empresarial.

8.3. Deverá apresentar Certidão de Regularidade da seguradora, expedida pela - Superintendência

de Seguros Privados - (SUSEP), dentro do prazo de validade, comprovando que a empresa está autorizada a operar e que não se encontra em regime de direção fiscal, intervenção, liquidação extrajudicial ou fiscalização especial e que não está cumprindo penalidade de suspensão imposta pela SUSEP.

9. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRO

9.1. A licitante deverá apresentar certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor de sua sede, emitida no máximo nos 90 (noventa) dias anteriores à data de recebimento do envelope de habilitação.

9.2. Demais comprovantes e Índices:

9.2.1. Apresentar Balanço Patrimonial e Demonstrações de Resultado, do último exercício social já exigível, e que comprove a situação financeira da empresa. As folhas devem ser extraídas do Livro Diário, e este deve estar devidamente registrado na Junta Comercial ou por autoridade judicial quando no município não houver Representação da Junta Comercial, ou ainda a Escrituração Contábil Digital com o respectivo Recibo de Entrega emitido pelo SPED.

9.2.1.1. Termo de Abertura e Termo de Encerramento do Livro Diário, ou ainda a Escrituração Contábil Digital.

9.2.2. As sociedades Anônimas devem apresentar as Demonstrações Financeiras, conforme legislação específica, lei 6.404/76, publicadas em jornais de grande circulação/Diário Oficial, ou de forma eletrônica se a receita bruta anual for de até R\$ 78.000.000,00.

9.2.3. As empresas constituídas a menos de um ano, e as empresas com alteração do Contrato Social nos exercícios vigente e anterior, deverão apresentar a seguinte documentação referente às demonstrações contábeis:

- c) Balanço de abertura ou balancete de abertura da empresa;
- d) Balancete de dois meses anteriores ou que estiver fechado a data do pregão/concorrência acompanhado das seguintes demonstrações:

V. Demonstrações de Resultado:

VI. Demonstrações de Lucros ou Prejuízos Acumulados ou Demonstrações das mutações do Patrimônio Líquido;

VII. Demonstrações das mutações do Patrimônio Líquido;

VIII. Demonstrações de fluxo de caixa.

9.2.4. A comprovação da boa situação financeira das licitantes será baseada nos seguintes parâmetros de índices, calculados pelos valores contidos nas demonstrações contábeis:

ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL (ILG) = maior ou igual a 1. Mede a capacidade da empresa de liquidar suas dívidas à curto e longo prazo.

$$\text{ILG} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE (ILC) = maior ou igual a 1. Avalia a capacidade da empresa de saldar suas obrigações à curto prazo.



ILC = ATIVO CIRCULANTE

PASSIVO CIRCULANTE

ÍNDICE SOLVÊNCIA GERAL (ISG) = maior ou igual a 1. Mede a capacidade de a empresa honrar todas as suas obrigações com terceiros (de curto e de longo prazo), considerando seus recursos realizáveis a curto e longo prazos.

ISG = ATIVO TOTAL

PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

9.2.5. A leitura do índice traduz quanto a empresa possui em Ativos para saldar as suas Dívidas e Obrigações, ou seja, no resultado igual a 1 podemos afirmar que a cada 1 real em Dívidas e Obrigações a empresa possui 1 real no seu Ativo.

9.2.6. A licitante que não atingir um dos índices acima deverá apresentar junto à documentação para habilitação, a comprovação de que possui capital social ou patrimônio líquido mínimo, igual ou superior a 10% do valor estimado da contratação. A comprovação deverá ser feita na forma da lei.

9.2.7. A licitante que apresentarem índices menor que 1, deverão comprovar possuir capital social ou patrimônio líquido mínimo, igual ou superior a 10% do valor estimado da contratação. Salvo para o índice de Solvência Geral, cujo resultado “>=1” é indispensável para a comprovação da boa situação Financeira para a prestação de serviço do referido objeto.

9.2.8. No decorrer do processo a licitante poderá ser solicitada a apresentar os comprovantes originais.

10. PROPOSTA COMERCIAL

10.1. A proposta comercial deverá ser apresentada indicando, número do item, a descrição completa do objeto, importância segurada e valor do prêmio, além da identificação da empresa, informando razão social, CNPJ, endereço, dados para contato e dados do responsável pela sua elaboração, conforme modelo abaixo:

ITEM	OBJETO	IMPORTÂNCIA SEGURADA	VALOR DO PRÊMIO ANUAL
1	Emissão de apólice de Seguro de Responsabilidade Civil D&O(Directors & Officers)	R\$ 12.000.000,00	

10.2. A proposta comercial deverá ter validade mínima de 120 (cento e vinte) dias contados da data de sua emissão.

10.3. Os valores ofertados deverão incluir todos os custos e despesas diretas e indiretas para a execução do objeto, tais como tributos, taxas, encargos, frete, transporte, remunerações, de acordo com as especificações, quantidades, condições de execução e de faturamento.

10.4. A apresentação da proposta comercial implicará na aceitação plena de todos os termos e condições deste instrumento, em especial às especificações do objeto constantes neste termo.

10.5. A proposta deverá conter o valor global da contratação. A proponente deverá apresentar as especificações claras e detalhadas das coberturas, bem como as importâncias seguradas, de acordo com as especificações exigidas neste Termo de Referência.

11. CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

11.1. O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO**, devendo compor-se pelo valor do prêmio conforme especificações deste Termo de Referência.

12. FORMA DE FATURAMENTO E PAGAMENTO

12.1. A CONTRATADA deverá realizar o faturamento conforme descritivo e quantitativo informados no Pedido de Compra (P.C.) e no Contrato.

12.2. As faturas/apólices deverão ser emitidas e enviadas a partir da assinatura do Contrato.

12.3. As faturas/apólices deverão ser encaminhadas em formato de arquivo PDF para o e-mail: senacminas.nfe@mg.senac.br, e para e-mail do fiscal do contrato que será informado após a assinatura do referido instrumento.

12.4. O CONTRATANTE não se responsabilizará se a fatura/apólice for enviada em outro e-mail, a não ser o informado, ficando totalmente isento de multas e juros, se porventura ocorrer.

12.5. O atraso na entrega e/ou apresentação irregular da Fatura/Apólice, acarretará a prorrogação, por igual período, da data de pagamento, bem como serão computadas à CONTRATADA, eventuais ônus em decorrência de multa por atraso de recolhimento de impostos e/ou tributos.

12.6. A fatura deverá ser emitida pela própria CONTRATADA, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e na proposta de preço, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outro CNPJ, mesmo que aquele de filial ou da matriz. Sendo de acordo com as informações abaixo:

CNPJ	Razão Social	Endereço	Inscrição Estadual	Inscrição Municipal
03.447.242/0001-16	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – Senac Minas	Rua dos Tupinambás, nº 1086, Centro – Belo Horizonte, Minas Gerais Cep: 30.120-076	ISENTO	0.303.190/003-2

12.7. Somente após o cumprimento de todas as exigências supracitadas concernentes a forma de pagamento/faturamento e do aceite Fiscal do contrato nomeado pelo CONTRATANTE será liberado o pagamento.

12.8. Os pagamentos serão efetuados 15 (quinze) dias corridos, após a emissão das faturas/apólice.

12.9. Os pagamentos serão feitos por meio de boleto bancário que deverá ser enviado juntamente com a fatura/apólice.

12.10. Caso a data de vencimento do boleto bancário ocorra em dia não útil, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil subsequente, sem nenhum ônus financeiro.

12.11. Fica expressamente proibido o desconto de títulos de crédito pela CONTRATADA junto a

terceiros.

13. PENALIDADES

13.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto contratado ou qualquer inadimplemento, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes penalidades:

13.1.1. Advertência por escrito, sempre que verificadas falhas corrigíveis.

13.1.2. Multa, cumulável com as demais penalidades:

13.1.2.1. Multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor total do contrato até limite de 30 (trinta) dias;

13.1.2.2. Multa de 20% (vinte por cento) após 30 (trinta) dias de atraso, calculada sobre o valor total do contrato;

13.1.2.3. Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, por qualquer outro inadimplemento contratual.

13.1.3. Suspensão do direito de licitar ou contratar com o CONTRATANTE por prazo não superior a 02 (dois) anos.

13.2. As penalidades estabelecidas neste instrumento são independentes entre si, podendo ser aplicadas de forma isolada ou cumulativamente, independentemente da ordem escalonada, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, administrativas ou judiciais.

13.3. A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da notificação enviada pelo CONTRATANTE.

13.3.1. Caso a CONTRATADA não efetue o pagamento no prazo previsto no item 16.3 o valor da multa será descontado do crédito existente junto ao CONTRATANTE, em favor da CONTRATADA.

13.3.2. Caso o valor descontado não seja suficiente para pagamento da multa, a CONTRATADA será notificada para recolher a diferença devida, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento de notificação enviada pelo CONTRATANTE, sob pena de execução.

13.3.3. Caso não exista crédito junto ao CONTRATANTE esse adotará as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis para a execução da multa.

13.4. Na aplicação de qualquer penalidade prevista neste instrumento, será facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação enviada pelo CONTRATANTE.

14. LOCAL DE CONDIÇÕES DE ENTREGA

14.1 A fatura, a apólice e possíveis notificações/comunicados da Seguradora deverão ser encaminhadas para a Sede do Senac em Minas, aos cuidados da Diretoria Regional: Rua Tupinambás, nº 1.086, Bairro Centro, Belo Horizonte/MG — CEP 30.120-070, e no caso de Segurado já desligado do Tomador, para o endereço residencial do Segurado, com cópia para a Sede do Senac em Minas, ou por meio eletrônico para o gestor e fiscal do contrato.

15. SUBCONTRATAÇÃO



15.1. Não será aceita subcontratação, cessão ou transferência do objeto do contrato, salvo por autorização expressa por escrito do contratante, sob pena de aplicação de penalidade, inclusive rescisão.

16. ANEXOS

Anexo I – Termo de Confidencialidade

Anexo II – Questionário de declaração de risco responsabilidade civil de administradores (D&O)



ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA
TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

(Nome da Empresa), (por intermédio de seus representantes legais), doravante designado simplesmente RESPONSÁVEL, se compromete, por intermédio do presente TERMO DE CONFIDENCIALIDADE a não divulgar sem autorização quaisquer informações de propriedade do SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE MINAS GERAIS, doravante simplesmente designados como SENAC MINAS, em conformidade com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O RESPONSÁVEL reconhece que, em razão da sua prestação de serviços ao SENAC MINAS, tem acesso a informações privadas do SENAC MINAS, que podem e devem ser conceituadas como segredo de indústria ou de negócio. Estas informações devem ser tratadas confidencialmente sob qualquer condição e não podem ser divulgadas a terceiros não autorizados, aí se incluindo os próprios empregados do SENAC MINAS e do RESPONSÁVEL, sem a expressa e escrita autorização do representante legal do SENAC MINAS, signatário do Contrato ora referido.

CLÁUSULA SEGUNDA

As informações a serem tratadas confidencialmente são aquelas assim consideradas no âmbito do SENAC MINAS e que, por sua natureza, não são ou não deveriam ser de conhecimento de terceiros, tais como:

- I - Metodologias e Ferramentas de desenvolvimento de produtos e serviços, desenvolvidas pelo SENAC MINAS, ou para o SENAC MINAS por terceiros, que estejam em utilização;
- II - Valores e informações de natureza operacional, financeira, administrativa, contábil e jurídica;
- III - Documentos e informações utilizados na execução dos serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA

O RESPONSÁVEL reconhece que as referências dos incisos I a III da Cláusula Segunda deste Termo é meramente exemplificativa, e que outras hipóteses de confidencialidade que já existam ou venham ser como tal definidas no futuro devem ser mantidas sob sigilo.

PARÁGRAFO ÚNICO

Em caso de dúvida acerca da natureza confidencial de determinada informação, o RESPONSÁVEL deverá mantê-la sob sigilo até que venha a ser autorizado expressamente pelo representante legal do SENAC MINAS, a tratá-la diferentemente. Em hipótese alguma a ausência de manifestação expressa do SENAC MINAS poderá ser interpretada como liberação de qualquer dos compromissos ora assumidos.

CLÁUSULA QUARTA

O RESPONSÁVEL compromete-se:

- I - A não utilizar as informações confidenciais a que tiver acesso, para gerar benefício próprio exclusivo e/ou unilateral, presente ou futuro, ou para o uso de terceiros;
- II - A não efetuar nenhuma gravação ou cópia da documentação confidencial a que tiver acesso;
- III - A não apropriar-se para si ou para outrem de material confidencial e/ou sigiloso da tecnologia que venha a ser disponível;
- IV - A não repassar o conhecimento das informações confidenciais, responsabilizando-se por todas as pessoas que vierem a ter acesso às informações, por seu intermédio, e obrigando-se, assim, a ressarcir a ocorrência de qualquer dano e / ou prejuízo oriundo de uma eventual quebra de sigilo das informações fornecidas.
- V - Recolher, ao término do serviço, para imediata devolução ao SENAC MINAS, todo e qualquer material de propriedade deste, inclusive notas pessoais envolvendo matéria sigilosa a este relacionada, registro de documentos de qualquer natureza que tenham sido criados, usados ou mantidos sob seu controle ou posse seja de seus empregados, prepostos, prestadores de serviço seja de fornecedores, com vínculo empregatício ou eventual com o RESPONSÁVEL, assumindo o compromisso de não utilizar qualquer informação sigilosa ou confidencial a que teve acesso enquanto contratado pelo SENAC MINAS.

PARÁGRAFO ÚNICO

O RESPONSÁVEL determinará a todos os seus empregados, prepostos e prestadores de serviço que estejam, direta ou indiretamente, envolvidos com a prestação de serviços, a observância do presente Termo, adotando todas as precauções e medidas para que as obrigações oriundas do presente instrumento sejam efetivamente observadas.

CLÁUSULA QUINTA

O RESPONSÁVEL obriga-se a tratar os dados pessoais compartilhados pelo SENAC MINAS observando o disposto na Lei 13.709/18 (Lei Geral de Proteção de Dados).

PARÁGRAFO PRIMEIRO

É vedado alterar a finalidade para o uso dos dados/informações obtidos em decorrência do presente instrumento, certo de que qualquer informação deve receber tratamento compatível com a finalidade a qual se destina.

PARÁGRAFO SEGUNDO

O RESPONSÁVEL se obriga a não utilizar, compartilhar ou comercializar quaisquer dados pessoais que se originem do tratamento de dados oriundo do presente instrumento.

PARÁGRAFO TERCEIRO

O RESPONSÁVEL declara que utiliza medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados e informações obtidas em decorrência do presente termo, de forma a mitigar acessos não autorizados e situações ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão.



PARÁGRAFO QUARTO

O RESPONSÁVEL será o único responsável, independentemente da necessidade de comprovação de culpa, por eventual acesso indevido, não autorizado e do vazamento ou perda dos dados pessoais relativos aos tratamentos de sua responsabilidade.

PARÁGRAFO QUINTO

Caso o Senac Minas seja demandado por qualquer pessoa, autoridade ou entidade, pública ou privada, em razão de vazamento de dados que estavam sob responsabilidade do RESPONSÁVEL fica garantido o direito de chamamento ao processo, ou denúncia à lide, nos termos do Código de Processo Civil – conforme a apuração de responsabilidade quanto ao incidente, e o direito de regresso garantido pela legislação civil vigente.

PARÁGRAFO SEXTO

Em caso de incidente de segurança, a empresa/instituição deverá notificar o Senac Minas, por meio da encarregada de dados (dpo@mg.senac.br), no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contado da ocorrência, observando a regulamentação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD.

CLÁUSULA SEXTA

O RESPONSÁVEL obriga-se a informar imediatamente ao SENAC MINAS qualquer violação das regras de sigilo ora estabelecidas que tenha ocorrido por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo, bem como de seus empregados, prepostos e prestadores de serviço.

CLÁUSULA SÉTIMA

O descumprimento de quaisquer das cláusulas do presente Termo acarretará a responsabilidade civil e criminal dos que, comprovadamente, estiverem envolvidos no descumprimento ou violação.

CLÁUSULA OITAVA

As obrigações a que alude este instrumento perdurarão inclusive após a cessação do vínculo contratual entre o RESPONSÁVEL e o SENAC MINAS e abrangem as informações presentes e futuras.

CLÁUSULA NONA

A fim de dirimir qualquer controvérsia oriunda do presente “Termo de Confidencialidade,” fica eleito o foro de Belo Horizonte/MG, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja Belo Horizonte, _____ de _____ de _____.

Representante Legal da Empresa

Nome:.....

Cargo/Função:.....

CPF:Telefone:.....Email:.....

Documento de Identidade (número, data, emissor):.....

ANEXO II DO TERMO DE REFERÊNCIA**QUESTIONÁRIO DE DECLARAÇÃO DE RISCO RESPONSABILIDADE CIVIL DE ADMINISTRADORES (D&O)****1. Dados Do Proponente**

- a) Razão Social:
- b) CNPJ:
- c) Data de Fundação:
- d) Endereço:
- e) Ramo de Atividade:
- f) Endereço de website na internet:
- g) Composição Societária do Capital Social do Proponente (listar % referente à participação de cada sócio):

Nome do Acionista/ Sócio	País de Origem	% das ações ordinárias	% das ações preferenciais	% do total das ações

2. Existência de Subsidiárias / Sociedades Controladas às quais devam também estar amparadas pela apólice(informar Razão Social/ CNPJ de cada):

- a) Informar quanto à existência de Ativos no Exterior (em caso positivo, especificar natureza e local):
- b) Informar se a empresa possui ações negociadas em algum Mercado de Capitais (Bolsa de Valores):
- c) Informar quanto à existência de Conselho Fiscal ou órgão similar. Caso exista, informar número de reuniões realizadas nos últimos 12 meses.

Nome da Sociedade Controlada	Atividade	País	% Participação	Controlada (SIM/NÃO)

3. Informações referentes ao Proponente e Sociedades Controladas

Informar se nos últimos 5 anos ocorreram os fatos listados abaixo. Em caso positivo, fornecer informações de forma detalhada.

- a) Alteração de Razão Social.
- b) Fusão, Aquisição, Cisão ou Compra de Participação em Outra Sociedade.
- c) Venda ou interrupção de operações de alguma Subsidiária.
- d) Mudança do Sócio Majoritário.
- e) Alteração de estrutura de Capital.
- f) Pedido de Falência, Concordata, Recuperação Judicial, Intervenção ou Procedimento Similar.
- g) Existência de Demandas Judiciais ou Extrajudiciais e Inquéritos Administrativos contra os Administradores do proponente (atuais e de gestões anteriores).

4. Informar se há expectativa de ocorrência dos seguintes acontecimentos para os próximos 12 meses:

- a) Pedido de Falência, Concordata, Recuperação Judicial, Intervenção ou Procedimento Similar.

- b) Fusão, Aquisição, Cisão ou Compra de Participação em Outra Sociedade.
- c) Abertura de Capital.
- d) Alteração no quadro de Administradores.
- e) Demandas Judiciais ou Extrajudiciais e Inquéritos Administrativos contra os Administradores do proponente (atuais e de gestões anteriores).

5. Informações referentes a Mercado de Capitais

- a) A empresa possui qualquer tipo de exposição no Mercado de Capitais?
- b) A empresa possui ações emitidas fora do Brasil? Em caso positivo, em qual Mercado?
- c) ADR's ou Negociação via Regra 144-A?

6. Informações referentes a relações trabalhistas

- a) Quantidade de funcionários:
- b) Local de Trabalho (Cidade/Estado):
- c) Informar se o proponente possui Manual de Recursos Humanos, Manual de Conduta e Ética e/ou documento equivalente.
- d) Informar quanto à existência de departamento de Compliance na companhia.

7. Informar se o Proponente ou alguma de suas Subsidiárias tem ou já tiveram apólice de D&O emitida nesta ou em outra companhia Seguradora. Em caso afirmativo, informar:

- a) Nome da Seguradora:
- b) Limite de Responsabilidade contratado:
- c) Data de vencimento ou cancelamento:
- d) Alguma Seguradora recusou proposta de seguro semelhante feito pelo proponente, estabeleceu condições agravadas para sua aceitação, ou recusou a renovação de algum seguro seu? Em caso afirmativo esclareça os motivos alegados para tanto pela Seguradora.
- e) O proponente possui conhecimento de qualquer incidente que possa gerar reclamação futura?

8. Informar se o Proponente, alguma de suas Subsidiárias e/ou seus Administradores já foram demandados judicialmente por empregados em relação a Responsabilidade por Práticas Trabalhistas (Responsabilidade por Práticas Trabalhistas decorrem de ações e/ou omissões decorrentes da relação de emprego, tais como discriminação, calúnia, injúria, difamação, invasão de privacidade, demissão ilegal e/ou dano moral).

9. Limite Máximo de Indenização a ser considerado:

10. Informações adicionais:

- a) Legislação de criação e regulamento:
- b) Não incide IOF nas operações de seguro contratadas pelo Senac em Minas, conforme disposto no Art. 2º, §3º do Decreto nº 6.306/2007.



ANEXO II – PREÇOS ESTIMADOS

ITEM	OBJETO	IMPORTÂNCIA SEGURADA	VALOR DO PRÊMIO ANUAL
1	Emissão de apólice de Seguro de Responsabilidade Civil D&O (Directors & Officers)	R\$ 12.000.000,00	R\$ 40.573,00
VALOR TOTAL ESTIMADO DO PRÊMIO			R\$ 40.573,00



ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Belo Horizonte _____ de _____ de 2024.

CARTA PROPOSTA referente ao PREGÃO ELETRÔNICO nº 90.008/2024.

À Pregoeira e a equipe de apoio do Senac em Minas.

Prezados Senhores,

Para a contratação no mercado nacional, por meio de licitação, de seguro de responsabilidade civil “D&O” (directors & officers) para qualquer pessoa que foi, esteja ou venha a ser nomeada para os cargos executivos e respectivos suplentes, aplicável aos conselheiros, presidente, diretores, administradores, gestores ou qualquer outro cargo executivo do Senac em Minas Gerais que implique no desempenho de funções de gestão com poderes e autoridade para agir em nome da instituição, de tal modo que a represente e a vincule com suas tomadas de decisão e atos no âmbito corporativo, conforme especificações constantes no Edital e seus anexos.

A empresa _____, localizada na _____, CNPJ: _____, signatária desta proposta, apresenta-se como licitante a assumir a execução do objeto da licitação em estrita conformidade com os documentos pertinentes. A signatária propõe-se a fornecer integralmente o objeto desta licitação, nos preços descritos abaixo:

ITEM	OBJETO	IMPORTÂNCIA SEGURADA	VALOR DO PRÊMIO ANUAL
1	Emissão de apólice de Seguro de Responsabilidade Civil D&O (Directors & Officers)		

**A apresentação da proposta implicará na plena aceitação e concordância, por parte da licitante, de todas as exigências, termos e condições estabelecidas no Edital e seus anexos, em especial à descrição do item constante no Anexo I - Termo de Referência.*

*** A proposta deverá conter o valor global da contratação. A proponente deverá apresentar as especificações claras e detalhadas das coberturas, bem como as importâncias seguradas, de acordo com as especificações exigidas neste Termo de Referência.*

1. O prazo de validade da proposta deverá ser de, no mínimo **120 (cento e vinte)** dias contados da sua emissão.

2. Declaramos que nos valores estão inclusos todos os custos e despesas diretas e indiretas decorrentes do fornecimento dos produtos, tais como tributos, taxas, encargos, frete, transporte, remunerações, de acordo com as especificações, quantidades, condições de execução e faturamento.

Nome Completo: _____

E-mail: _____

Razão Social: _____

CNPJ: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____



ANEXO IV – MINUTA DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

CONTRATO DE SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL “D&O” (DIRECTOR & OFFICERS)

Edital de Pregão Eletrônico PE nº xxx/xxxx

Critério de Julgamento: Menor preço por item

Contrato nº xxxx/xxxx – Processo Administrativo nº xxxx/xxxx

O **SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL – SENAC MINAS**, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, criado pelo Decreto-Lei nº 8.621 de 10 de janeiro de 1946 e alterações posteriores, regulamentado pelo Decreto nº 61.843 de 05 de dezembro de 1967 e alterações posteriores, inscrito no CNPJ sob o nº 03.447.242/0001-16, com sede na Rua dos Tupinambás, nº 1.086, Centro, Belo Horizonte/MG, CEP: 30.120-076, legalmente representado pelo(a) Diretor(a) Regional, na condição de **CONTRATANTE** e a empresa **XXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ sob o nº **XXXXXXXX**, com sede na **XXX**, nº **X**, Bairro, Cidade/UF, CEP: **XXXX**, por seu representante legal, Sr. **XXXXXXXXXXXX**, na condição de **CONTRATADA**, resolvem, em comum acordo, celebrar o presente contrato, com fundamento na Resolução nº 1.243/2023 e demais normas aplicáveis, na forma seguinte:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste instrumento a contratação no mercado nacional, por meio de licitação, de seguro de responsabilidade civil “D&O” (directors & officers) para qualquer pessoa que foi, esteja ou venha a ser nomeada para os cargos executivos e respectivos suplentes, aplicável aos conselheiros, presidente, diretores, administradores, gestores ou qualquer outro cargo executivo do Senac em Minas Gerais que implique no desempenho de funções de gestão com poderes e autoridade para agir em nome da instituição, de tal modo que a represente e a vincule com suas tomadas de decisão e atos no âmbito corporativo, conforme especificações constantes neste documento e seus anexos.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DOS DOCUMENTOS

2.1. Integram este instrumento, independentemente de transcrição, os seguintes documentos:

2.1.1. Proposta comercial da CONTRATADA.

2.1.2. Edital de Pregão Eletrônico PE nº xxx/xxxx.

2.1.3. Pedido de Compra do CONTRATANTE nº.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1. A vigência do presente contrato será de 12 (doze) meses, contados da data da última assinatura eletrônica, podendo ser prorrogado até 120 (cento e vinte) meses, mediante termos aditivos, se houver interesse comum entre as partes, desde que as condições permaneçam vantajosas.

3.1.1. Caso as assinaturas sejam físicas, a vigência será contada a partir da data informada na página de assinaturas.

4. CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

4.1. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

4.1.1. A empresa contratada deve assegurar o interesse do executivo que, em consequência de atos praticados no exercício das funções do cargo, venha a ser responsabilizado e obrigado a indenizar os danos causados a terceiros em razão de reclamação feita contra o(s) Segurado(s) durante o período de vigência do seguro ou no período adicional ou prescricional.

4.1.2. A obrigação de indenização pode decorrer de decisão judicial, administrativa, decisão arbitral ou por acordo com terceiros prejudicados, desde que aceito pela seguradora, entre outros

4.1.3. O seguro deverá cobrir, ainda, os custos de defesa, bem como as despesas emergenciais efetuadas pelo segurado ao tentar evitar e/ou minorar os danos causados a terceiros, atendidas as disposições do contrato, até o seu limite máximo de garantia, independente da contratação de cobertura específica para tais situações.

4.2. COBERTURAS

4.2.1. Será feita uma apólice à base de reclamações com notificações (*claims made basis*) que deve conter, no mínimo, as seguintes coberturas, de âmbito nacional:

- n) Indenização a terceiros em decorrência de processos judiciais e extrajudiciais ou acordo homologado pela seguradora, que resultem na obrigação de ressarcir terceiro(s) por ter dado causa a quaisquer tipos de danos sejam corporais, morais, materiais, sociais, coletivos, punitivos e/ou exemplares, lucros cessantes, perdas indenizáveis, entre outros;
- o) Custos de defesa judicial, extrajudicial ou administrativa, inclusive depósitos para recursos judiciais ou administrativos, custos emergenciais, custos com investigação, custos com extradição, assim como honorários de peritos, técnicos, consultores e demais profissionais necessários para a defesa do(s) Segurado(s), na(s) demanda(s) cobertas pela Apólice;
- p) Custos incorridos pelo Segurado para obter os fundos necessários à constituição de fiança concedida pela autoridade competente para efeitos de assegurar a liberdade provisória do Segurado, em resultado de uma Reclamação em decorrência de um ato danoso, podendo ser ou não incluído o valor propriamente da fiança;
- q) Erros e Omissões, desde que os segurados sejam nomeados como parte passiva num processo judicial ou extrajudicial, ou devido à desconsideração da personalidade jurídica do Tomador, quando esteja relacionada com a falha ou omissão na prestação de serviços profissionais decorrentes de atividade inerente ao objeto do Tomador;
- r) Práticas Trabalhistas Indevidas — ato ou omissão praticados ou ocorridos no exercício dos deveres inerentes ao cargo do Segurado, que gere obrigação de indenizar, tais como: (i) discriminação; (ii) assédio moral ou sexual, ou de qualquer outro tipo, no local de trabalho; (iii) calúnia e/ou difamação; ou (iv) invasão de privacidade;
- s) Penhora/indisponibilidade de Bens — perdas e danos sofridos pelo Segurado em virtude de medida judicial ou extrajudicial contra ele que determine a indisponibilidade e/ou penhora, total ou parcial, de seus bens pessoais;
- t) Responsabilidades legais e estatutárias (tributária, trabalhista, previdenciária, entre outros) do Tomador (Senac em Minas), as quais sejam diretamente demandadas contra o(s) Segurado(s) ou em

relação às quais haja responsabilidade solidária ou subsidiária dos Segurados;

- u) As multas e penalidade civis e administrativas impostas aos segurados quando no exercício de suas funções;
- v) Responsabilidade do(s) Segurado(s) por indenização a Terceiros decorrente de negligência, imprudência ou imperícia na condução dos negócios sociais do Tomador (Senac em Minas).
- w) “Tomador do Seguro contra Segurado” e “Segurado contra Segurado” — Reclamações movidas pelo Tomador ou Segurado contra outro Segurado, caso seja nomeado como parte passiva num processo judicial ou acordo extrajudicial visando responsabilizá-los de forma solidária ou subsidiária, desde que tal medida se refira a ações e omissões dos Segurados na condição de Administradores;
- x) Reclamações movidas contra o segurado quando da desconsideração da personalidade jurídica;
- y) Termos de ajustamento de conduta e/ou termos de responsabilidade que impliquem em custos e/ou pagamento de indenização;
- z) Despesas com publicidade e gerenciamento de crise.

4.3. EXTENSÕES

4.3.1. O seguro deve incluir, no mínimo, as seguintes extensões:

- e) Extensão de todas as coberturas à pessoa jurídica (Senac), nos casos em que realize adiantamento de valores e/ou assume o compromisso de indenizar.
- f) Extensão de todas as coberturas de responsabilização pessoal do(s) Segurado(s) que recaia em respectivo cônjuge, companheiro(a) em união estável, herdeiros, espólio e/ou seus representantes legais.
- g) Extensão das coberturas para ex-executivos, inclusive aposentados, por no mínimo 10 (dez) anos do desligamento.
- h) Extensão das coberturas aos assessores, pareceristas, pregoeiros e membros da CPL (Comissão Permanente de Licitação), advogados e contadores da Tomadora.

4.4. EXCLUSÕES

4.4.1. Os atos lesivos intencionais, no âmbito civil ou criminal, incluindo fraude, simulação, dolo e quaisquer outros ilícitos tipificados em legislação nacional aplicável, desde que comprovado judicialmente.

4.4.1.1. Caso o Segurado não seja condenado, mediante sentença judicial transitada em julgado, ou o seu dolo seja afastado em decisão administrativa, pela qual não seja mais possível interpor recurso, a Seguradora deverá arcar com os custos incorridos na defesa do Segurado, se estes tiverem sido avisados à Seguradora durante o Período de Vigência do Seguro ou durante a Extensão do Período de Apresentação de Reclamação (Prazo Complementar e Prazo Suplementar), de acordo com os termos e condições da Apólice.

4.4.2. Eventos já notificados por escrito contra o Segurado a qualquer tempo antes do início de vigência da apólice.

4.4.3. Enriquecimento ilícito, desde que comprovado judicialmente.

4.4.4. Eventos ocorridos após o término da vigência da apólice, caso não seja renovada, ressalvados os períodos adicionais e prescricionais legais.

4.5. INDENIZAÇÃO

4.5.1. A Seguradora terá o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de entrega de todos os documentos, para o pagamento da indenização devida.

4.5.1.1. A contagem do prazo para indenização será suspensa, caso os documentos apresentados sejam insuficientes e em caso de dúvida fundada e justificável. O prazo voltará a correr a partir do primeiro dia útil após a entrega dos documentos complementares exigidos.

4.5.1.2. No caso do não pagamento da indenização no prazo previsto, o valor dela deverá ser atualizado monetariamente por meio do IPCA/IBGE – Índice de Preços ao Consumidor Amplo / Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

4.5.1.3. A atualização será efetuada com base na variação apurada entre o último índice publicado antes da data em que se torne exigível e aquele publicado na data imediatamente anterior ao efetivo pagamento.

4.5.2. O pagamento dos custos de defesa será realizado antecipadamente, na medida e nas condições em que forem devidos ou incorridos pelo segurado.

4.5.2.1. Os profissionais responsáveis pela defesa serão escolhidos pelo segurado, caso a defesa não possa ser elaborada pelo próprio Senac em Minas.

4.5.3. Na ocorrência de sinistro coberto pela apólice, a seguradora efetuará o pagamento da indenização diretamente ao segurado ou diretamente ao terceiro reclamante, mediante ajuste entre as partes e devidas formalizações.

4.5.4. Caso o valor da indenização tenha sido adiantado pelo tomador ao segurado, a CONTRATADA proverá o reembolso correspondente após a liquidação do sinistro.

4.5.5. Não haverá cobrança de franquia em nenhuma hipótese.

4.5.6. A seguradora somente poderá aceitar as comunicações de sinistros realizada pela CONTRATADA.

4.6. APÓLICE

4.6.1. A apólice terá vigência com início na data de assinatura do contrato e deve ser encaminhada ao Senac em Minas em até 15 (quinze) dias da sua emissão.

4.6.1.1. A não disponibilização da apólice no prazo estipulado não invalida a cobertura dentro do prazo e termos previstos nesta contratação, em ocorrências de sinistros e/ou problemas correlatos.

4.6.2. Em caso de conflito entre as disposições dos documentos emitidos pela CONTRATADA, inclusive em relação a este Termo de Referência, valerá o que prevê este último.

4.6.3. O PERÍODO de vigência da apólice será de 12 (doze) meses a contar da data de assinatura do contrato, resguardados os períodos de retroatividade e adicional.

4.7. ENDOSSOS

4.7.1. A CONTRATANTE poderá solicitar, a qualquer tempo, inclusão e/ou correções na apólice, caso em que a CONTRATADA terá até 15 (quinze) dias corridos, a contar do recebimento do pedido expresso da CONTRATANTE, para a inclusão ou para correção de dados por endosso.

4.7.2. Caso a Seguradora aceite manter a Apólice para o risco modificado, poderá cobrar prêmio adicional, desde que tal modificação implique em agravamento do risco ou, ainda, em prêmio a restituir, que será calculado proporcionalmente ao período a decorrer.

4.8. REAJUSTE

4.8.1. Os valores referidos no instrumento contratual poderão ser reajustados decorridos 12 (doze) meses de sua vigência, pelo IPCA/IBGE - Índice de Preços ao Consumidor Amplo / Fundação Instituto

Brasileiro de Geografia e Estatística, de forma a manter o equilíbrio da apólice. Caso o referido índice seja extinto, será adotado um novo índice devidamente aprovado por órgãos governamentais.

4.8.2. Os valores somente serão reajustados mediante solicitação formal da LICITANTE VENCEDORA.

4.8.3. A omissão da LICITANTE VENCEDORA quanto ao seu direito de pleitear o reajuste, não será aceita como justificativa para o pedido de correção anual de preço com efeito retroativo a data a que contratualmente faria jus, se não o fizer dentro do primeiro mês do aniversário da apólice, arcando esta, portanto, por sua própria inércia.

4.9. PRAZOS

4.9.1. Período de retroatividade de cobertura: ilimitado para fatos desconhecidos pelo Tomador e segurado.

4.9.1.1. Retroatividade ilimitada para fatos geradores desconhecidos pelo tomador e o segurado (entende-se por fatos desconhecidos as reclamações ou as ações que não tenham sido formalmente notificadas aos administradores) quando da contratação da apólice.

4.9.2. Prazo complementar: período adicional de 36 (trinta e seis) meses para apresentação de reclamações contra os segurados, a contar da data final de vigência do seguro, por atos cometidos pelos mesmos desde a data de retroatividade de cobertura até o final de vigência da apólice, sem cobrança de prêmio adicional.

4.9.3. Prazo suplementar de 12 (doze) meses com o pagamento de 75% (setenta e cinco por cento) do prêmio, ou de 24 (vinte e quatro) meses com o pagamento de 100% (cem por cento) do prêmio.

4.10. QUESTIONÁRIO

4.10.1. Por tratar-se de condição imprescindível para a formulação da proposta e subsidiar a cotação do risco, a LICITANTE interessada deverá solicitar o Questionário D&O preenchido junto ao Senac em Minas, mediante envio do Termo de Confidencialidade (Anexo I), em formato eletrônico, assinado pelo representante legal da licitante, comprovado por meio de cópia simples do ato constitutivo, estatuto ou contrato social e suas alterações ou a última alteração contratual consolidada, ou ainda, procuração pública ou privada com firma reconhecida. As LICITANTES deverão enviar e-mail para licitacao@mg.senac.br para solicitar o envio do questionário até 03 dias úteis antes da sessão do pregão.

4.11. LOCAL DE CONDIÇÕES DE ENTREGA

4.11.1. A fatura, a apólice e possíveis notificações/comunicados da Seguradora deverão ser encaminhadas para a Sede do Senac em Minas, aos cuidados da Diretoria Regional: Rua Tupinambás, nº 1.086, Bairro Centro, Belo Horizonte/MG — CEP 30.120-070, e no caso de Segurado já desligado do Tomador, para o endereço residencial do Segurado, com cópia para a Sede do Senac em Minas, ou por meio eletrônico para o gestor e fiscal do contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1. Pela execução do objeto deste contrato o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ xxxx (xxxx) para o período de 12 (doze) meses, conforme abaixo:

ITEM	OBJETO	IMPORTÂNCIA	VALOR	DO
------	--------	-------------	-------	----

		SEGURADA	PRÊMIO ANUAL
1	Emissão de apólice de Seguro de Responsabilidade Civil D&O (Directors & Officers)	R\$ 12.000.000,00	

5.2. A CONTRATADA deverá realizar o faturamento conforme descritivo e quantitativo informados no Pedido de Compra (P.C.) e no Contrato.

5.3. As faturas/apólices deverão ser emitidas e enviadas a partir da assinatura do Contrato.

5.4. As faturas/apólices deverão ser encaminhadas em formato de arquivo PDF para o e-mail: senacminas.nfe@mg.senac.br, e para e-mail do fiscal do contrato que será informado após a assinatura do referido instrumento.

5.5. O CONTRATANTE não se responsabilizará se a fatura/apólice for enviada em outro e-mail, a não ser o informado, ficando totalmente isento de multas e juros, se porventura ocorrer.

5.6. O atraso na entrega e/ou apresentação irregular da Fatura/Apólice, acarretará a prorrogação, por igual período, da data de pagamento, bem como serão computadas à CONTRATADA, eventuais ônus em decorrência de multa por atraso de recolhimento de impostos e/ou tributos.

5.7. A fatura deverá ser emitida pela própria CONTRATADA, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e na proposta de preço, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outro CNPJ, mesmo que aquele de filial ou da matriz. Sendo de acordo com as informações abaixo:

CNPJ	Razão Social	Endereço	Inscrição Estadual	Inscrição Municipal
03.447.242/0001-16	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SenacMinas	Rua dos Tupinambás, nº 1086, Centro – Belo Horizonte, Minas Gerais Cep: 30.120-076	ISENTO	0.303.190/003-2

5.8. Somente após o cumprimento de todas as exigências supracitadas concernentes a forma de pagamento/faturamento e do aceite Fiscal do contrato nomeado pelo CONTRATANTE será liberado o pagamento.

5.9. Os pagamentos serão efetuados 15 (quinze) dias corridos, após a emissão das faturas/apólice.

5.10. Os pagamentos serão feitos por meio de boleto bancário que deverá ser enviado juntamente com a fatura/apólice.

5.11. Caso a data de vencimento do boleto bancário ocorra em dia não útil, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil subsequente, sem nenhum ônus financeiro.

5.12. Fica expressamente proibido o desconto de títulos de crédito pela CONTRATADA junto a terceiros.

6. CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas e custas do CONTRATANTE, concernentes à execução do presente instrumento, serão custeadas através do Centro de Custo nº 00145601, 00145602, 00145603 e 00145604.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 7.1. Permitir o acesso dos profissionais da CONTRATADA às suas dependências, nos horários previamente acordados, desde que devidamente identificados.
- 7.2. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.
- 7.3. Efetuar o pagamento devido nas condições e preços pactuados, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências previstas.
- 7.4. Notificar, por escrito, à CONTRATADA, a ocorrência de eventuais irregularidades observadas na execução do objeto contratado, fixando prazo para sua correção, caso necessário.
- 7.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto contratado.
- 7.6. Aplicar à CONTRATADA, as penalidades cabíveis, quando necessário.

8. CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 8.1. Respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências do CONTRATANTE.
- 8.2. Manter, durante toda a vigência do instrumento contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 8.3. Informar imediatamente ao CONTRATANTE, por escrito, quaisquer alterações que se fizerem nos seus dados cadastrais, para atualização.
- 8.4. Fornecer aos seus empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução do objeto.
- 8.5. Assumir inteira responsabilidade por quaisquer danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, quando estes tenham sido ocasionados em decorrência da execução do objeto contratado, ou causados por seus empregados ou prepostos.
- 8.6. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus ao CONTRATANTE, conforme especificações deste instrumento.
- 8.7. Devolver os termos aditivos e documentos relacionados ao contrato no prazo máximo de 03 (três) dias úteis contados do recebimento.
- 8.8. Cumprir todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, incluindo seguro contra riscos de acidentes do trabalho, com relação ao pessoal eventualmente designado para a execução do contrato, que não terão qualquer vínculo empregatício com o CONTRATANTE, não cabendo, em nenhuma hipótese, responsabilidade solidária por parte deste.
- 8.9. Não veicular, em nenhuma hipótese, publicidade ou qualquer outra informação acerca do contrato, sem prévia autorização do CONTRATANTE.
- 8.10. Comunicar ao fiscal do contrato a ocorrência de qualquer fato impeditivo à fiel execução do objeto contratado.
- 8.11. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo CONTRATANTE.
- 8.12. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas, sem nenhum ônus para o CONTRATANTE, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios ou incorreções.
- 8.13. Assumir integral e exclusiva responsabilidade por toda e qualquer operação de tratamento de dados pessoais, desde a coleta, armazenamento, cuja utilização deverá ser realizada nos fins previamente consentidos por seus clientes, consumidores e demais titulares, nos termos da legislação

vigente e da Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

9. CLÁUSULA NONA – DA RELAÇÃO MÚTUA DAS PARTES

9.1. Fica expressamente estabelecido que o presente contrato não implica sociedade e/ou participação a qualquer título, de uma empresa em outra e nem vínculo de natureza trabalhista, não podendo ser jamais interpretado de modo a credenciar a outra como preposta, e nem a assumir, em nome da outra, qualquer obrigação, tácita ou expressa, nem gera, entre elas, solidariedade nos termos do Artigo 265 e seguintes do Código Civil, não implicando, outrossim, exclusividade com relação a qualquer das partes.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA ANTICORRUPÇÃO

10.1. As partes deverão atender às disposições contidas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), regulamentada pelo Decreto nº 11.129/2022, motivo pelo qual durante todo o período contratual, conduzirão suas práticas comerciais de forma ética e em conformidade com os preceitos legais aplicáveis, não podendo dar, oferecer, pagar, prometer pagar, ou autorizar o pagamento, direta ou indiretamente, de qualquer valor, a quem quer que seja, com a finalidade de influenciar qualquer ato ou decisão, ou para assegurar qualquer vantagem indevida, ou direcionar negócios, e que violem o estabelecido na legislação.

10.2. O Senac em Minas tem sua atuação pautada por meio do Código de Conduta e Ética disponível no Portal da Transparência (<https://transparencia.senac.br/#/mg/controle-interno-externo>).

10.2.1. Qualquer reclamação, sugestão, denúncia ou elogio pode ser registrado no Canal da Ouvidoria (<https://mg.senac.br/Paginas/ouvidoria.aspx>), mediante preenchimento de formulário, ou envio de e-mail para ouvidoria@mg.senac.br.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

11.1. A fiscalização e gestão do contrato serão exercidas por colaboradores devidamente designados em documento apartado, oportunamente anexado ao processo administrativo.

11.2. O CONTRATANTE exercerá ampla, irrestrita e permanente fiscalização de todas as fases de execução do contrato, do cumprimento das obrigações e do desempenho da CONTRATADA, sem prejuízo do dever desta de fiscalizar seus empregados, prepostos e subordinados.

11.3. A CONTRATADA deverá indicar um preposto, aceito pelo CONTRATANTE, com competência para manter entendimentos, receber comunicações ou transmiti-las, e representá-la durante a execução contratual.

11.4. O CONTRATANTE poderá rejeitar, no todo ou em parte, o objeto contratado, se em desacordo com o contrato, por meio de documento formal, fazendo constar o motivo e a fundamentação, fixando prazo para correção, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

11.5. Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto do contrato, deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, sem ônus para o CONTRATANTE.

11.6. A fiscalização de que trata essa cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em

corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PROTEÇÃO DE DADOS

12.1. As partes declaram-se cientes dos direitos, obrigações e penalidades previstos na legislação de proteção de dados pessoais vigente, e obrigam-se a adotar todas as medidas razoáveis para garantir, por si, bem como seu pessoal, colaboradores, empregados e subcontratados, que os Dados Protegidos sejam utilizados na extensão autorizada pela legislação.

12.2. Havendo qualquer tipo de tratamento de dados pessoais pelas partes, entendendo-se por tratamento a especificação contida na Lei Geral de Proteção de Dados nº 13.709/18, se obrigam a fazê-lo para exclusivo cumprimento do presente instrumento e respeitando o alcance das respectivas autorizações, consentimentos e legítimo interesse.

12.3. Eventual descumprimento de quaisquer deveres ou obrigações legais, contratuais, judiciais ou administrativos por uma das partes, não gera responsabilidade solidária ou subsidiária da outra parte, ficando somente a parte responsável, nos termos da lei, sujeita às sanções legais e contratuais pertinentes.

12.3.1. Cada parte será a única responsável por eventual acesso indevido, não autorizado e do vazamento ou perda dos dados pessoais relativos aos tratamentos de sua responsabilidade e considerando-se, ainda, sua classificação em CONTROLADOR ou OPERADOR em determinada atividade.

12.3.2. A responsabilidade será imputada em conformidade com a ação e omissão culposa de cada uma das partes, devidamente apuradas, sendo que aquela que infringir os termos da legislação vigente e do presente, ficará obrigada a ressarcir a outra parte, na mesma medida dos danos.

12.4. A CONTRATADA declara-se ciente e concorda que o CONTRATANTE, em decorrência desse instrumento, poderá ter acesso, utilizar, manter e processar, eletrônica e manualmente, informações pessoais e dados prestados pela CONTRATADA (“Dados Protegidos”), exclusivamente para fins específicos relacionados ao objeto deste instrumento jurídico.

12.4.1. A CONTRATADA deve diligenciar o enquadramento das atividades das quais seja CONTROLADOR nas bases legais descritas na lei, inclusive coletando o consentimento dos titulares, caso seja necessário.

12.5. Qualquer incidente relacionado à proteção de dados pessoais, ao processamento de tais dados ou qualquer violação de segurança no âmbito das atividades da CONTRATADA, deverá ser comunicado ao CONTRATANTE no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas da confirmação da ocorrência.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1. Não será aceito subcontratação, cessão ou transferência do objeto contratado, salvo por autorização expressa por escrito do CONTRATANTE, sob pena de aplicação de penalidade, inclusive rescisão.

13.2. É vedada a subcontratação com licitante que tenha participado do procedimento licitatório.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS PENALIDADES

14.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou qualquer inadimplemento, o

CONTRATANTE poderá, por meio do gestor do contrato, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes penalidades:

14.1.1. Advertência por escrito, sempre que verificadas falhas corrigíveis.

14.1.2. Multa, cumulável com as demais penalidades:

a) de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor total do contrato até o limite de 30 (trinta) dias.

b) de 20% (vinte por cento) após 30 (trinta) dias de atraso, calculada sobre o valor total do contrato.

c) de até 10% (dez por cento) calculada sobre o valor total do contrato, por qualquer outro inadimplemento contratual.

14.1.3. Suspensão do direito de licitar ou contratar com o CONTRATANTE por prazo não superior a 05 (cinco) anos.

14.2. As penalidades estabelecidas neste instrumento são independentes entre si, podendo ser aplicadas de forma isolada ou cumulativamente, independentemente da ordem escalonada, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, administrativas ou judiciais.

14.3. A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da notificação enviada pelo CONTRATANTE.

14.3.1. Caso a CONTRATADA não efetue o pagamento no prazo previsto no item 14.3 o valor da multa será descontado do crédito existente junto ao CONTRATANTE, em favor da CONTRATADA.

14.3.2. Caso o valor descontado não seja suficiente para pagamento da multa, a CONTRATADA será notificada para recolher a diferença devida, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento de notificação enviada pelo CONTRATANTE, sob pena de execução.

14.3.3. Caso não exista crédito junto ao CONTRATANTE esse adotará as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis para a execução da multa.

14.4. Na aplicação de qualquer penalidade prevista neste instrumento, será facultada a defesa prévia da CONTRATADA no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação enviada pelo CONTRATANTE.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO

15.1. O CONTRATANTE, a qualquer tempo, por questões administrativo-financeiras, mediante aviso prévio por escrito com 30 (trinta) dias de antecedência, poderá rescindir o presente contrato, desde que efetue todos os pagamentos à CONTRATADA, pelo que foi executado até o momento da rescisão.

15.2. O CONTRATANTE também poderá rescindir o presente contrato, reclamando perdas e danos, independentemente de qualquer procedimento judicial, mediante comunicação escrita, se a CONTRATADA:

15.2.1. Descumprir obrigação contratual;

15.2.2. Entrar em processo de falência ou recuperação judicial/extrajudicial ou instaurar insolvência civil;

15.2.3. Demonstrar manifesta incapacidade na execução do objeto do presente contrato, no tempo e na qualidade contratados;

15.2.4. Der causa à suspensão da execução por determinação das autoridades competentes.

15.3. A CONTRATADA poderá rescindir o presente contrato se o CONTRATANTE deixar de efetuar os

pagamentos devidos por prazo superior a 90 (noventa) dias.

15.4. O inadimplemento total ou parcial das obrigações contratuais assumidas dará ao CONTRATANTE o direito de rescindir unilateralmente o contrato, sem prejuízo das demais penalidades, inclusive a de suspensão do direito de licitar.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. É vedada à CONTRATADA a utilização do presente instrumento para respaldar como garantia qualquer tipo de operação financeira.

16.2. O presente instrumento revoga e substitui todos os entendimentos verbais ou escritos havidos anteriormente, constituindo-se como o único documento que regula os direitos e obrigações das partes, sendo que quaisquer alterações em seus termos e condições apenas prevalecerão se formalizadas por meio de termo aditivo.

16.3. Nenhuma tolerância quanto ao cumprimento de qualquer das cláusulas deste contrato poderá ser entendida como aceitação, novação ou precedente.

16.4. Os casos omissos serão resolvidos em comum acordo entre as partes, com respaldo na legislação brasileira.

16.5. As partes declaram para todos os fins de direito que tiveram prévio conhecimento das cláusulas contratuais por período e modo suficientes para o pleno conhecimento das estipulações previstas, as quais reputam claras e desprovidas de ambiguidade, dubiedade ou contradição, estando cientes dos direitos e obrigações previstas neste instrumento.

16.7. Os contratos celebrados pelo Senac em Minas poderão sofrer acréscimos e supressões.

16.8. As partes manterão sigilo absoluto sobre os dados (inclusive pessoais), materiais, informações, documentos, especificações técnicas ou comerciais de propriedade uma da outra, que tenham sido desenvolvidos durante sua vigência, ou que eventualmente tenham conhecimento em razão deste instrumento.

16.8.1. As partes se obrigam a não publicar, divulgar, colocar à disposição ou fazer uso sem autorização, por qualquer forma ou meio, direta ou indiretamente, das informações consideradas confidenciais nos termos do item anterior, sob pena de incorrer em infração grave e dar justa causa à rescisão deste instrumento, respondendo legalmente por eventuais perdas e danos decorrentes da não observância desse item.

16.9. As disposições deste contrato são independentes entre si. Se uma delas for considerada inválida, ilegal ou inaplicável, as demais permanecerão válidas. A disposição inválida, nula ou inaplicável será substituída por outra que atinja o mesmo objetivo econômico e jurídico.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

17.1. As partes elegem a comarca de Belo Horizonte/MG, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou possa ser.

E por estarem assim, justas e contratadas, assinam as partes o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, que também o assinam.



Como alternativa à assinatura física, as partes declaram e concordam que as assinaturas poderão ser efetuadas em formato eletrônico, por meio de certificados eletrônicos e digitais, nos termos do art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2 e da legislação vigente da autoridade certificadora ICP-Brasil, sendo a respectiva folha de assinaturas documento integrante e inseparável deste instrumento, sob pena de nulidade. As partes declaram, ainda e desde já, reconhecerem a veracidade, autenticidade e validade deste instrumento e de seus termos, incluindo seus anexos, nos termos do art. 219 do Código Civil.

Belo Horizonte/MG, _____ de _____ de _____.

Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – Senac Minas
Diretoria Regional

Nome do contratado
Nome do Representante Legal

Testemunhas:

1) _____

Nome:

2) _____

Nome:

ANEXO I AO CONTRATO DE SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL “D&O” (DIRECTOR & OFFICERS)

Edital de Pregão Eletrônico PE nº xxx/xxxx

Critério de Julgamento: Menor preço por item

Contrato nº xxxx/xxxx – Processo Administrativo nº xxxx/xxxx

Termo de Confidencialidade
(Conforme termo de referência)

ANEXO II AO CONTRATO DE SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL “D&O” (DIRECTOR & OFFICERS)

Edital de Pregão Eletrônico PE nº xxx/xxxx

Critério de Julgamento: Menor preço por item

Contrato nº xxxx/xxxx – Processo Administrativo nº xxxx/xxxx

Questionário de declaração de risco responsabilidade civil de administradores (D&O)
(Conforme termo de referência)